

Agenda Internacional da Indústria 2017



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



Agenda Internacional da Indústria 2017

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Carlos Eduardo Abijaodi

Diretor

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Carlos Alberto Barreiros

Diretor

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor

DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIA

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Mônica Messenberg Guimarães

Diretora

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS

Fernando Augusto Trivellato

Diretor

DIRETORIA JURÍDICA

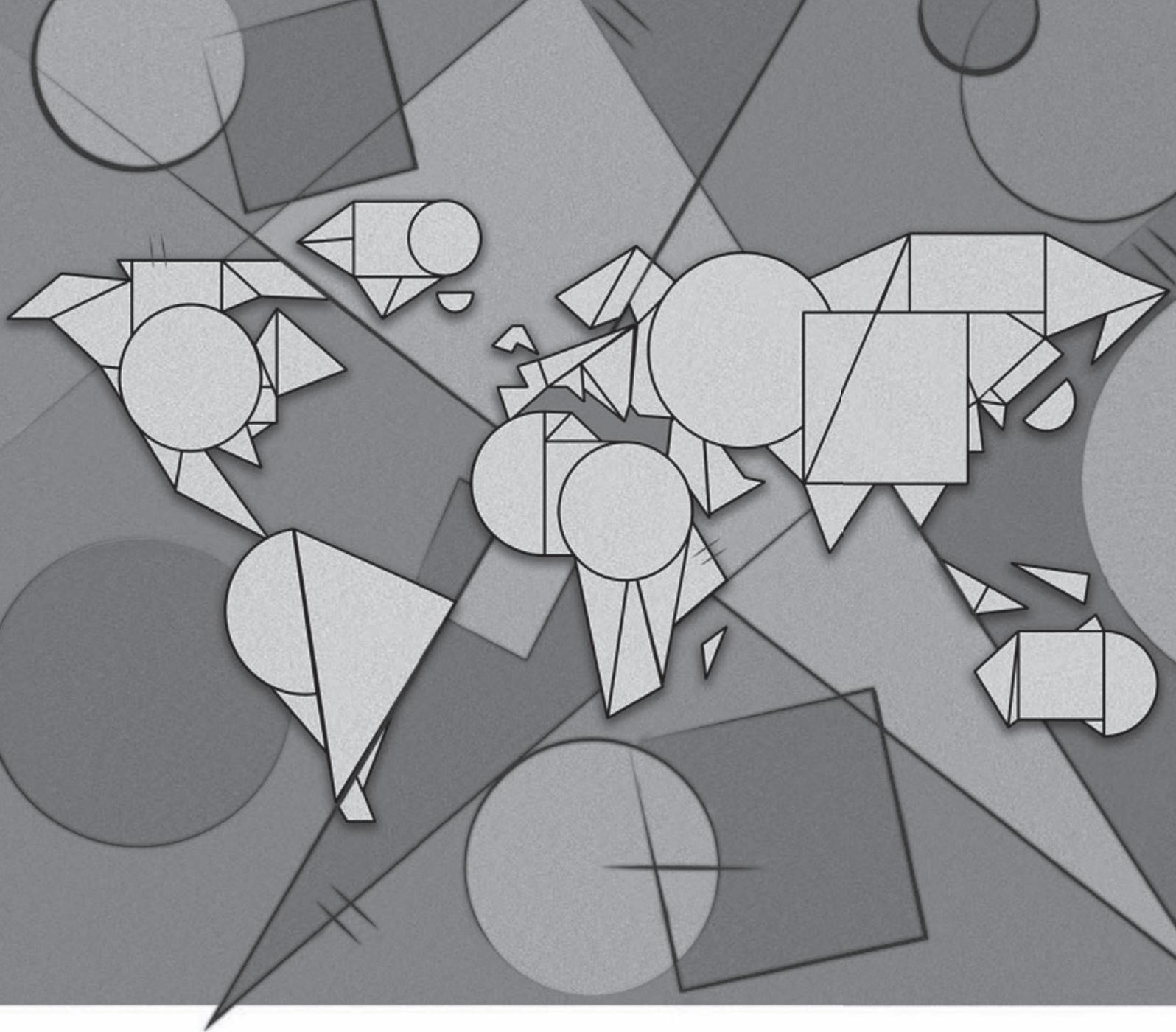
Hélio José Ferreira Rocha

Diretor

DIRETORIA CNI/SP

Carlos Alberto Pires

Diretor



Agenda Internacional da Indústria 2017



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

@ 2017. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Gerência Executiva de Negociações Internacionais – NEGINT

Gerência Executiva de Comércio Exterior – COMEX

FICHA CATALOGRAFICA

C748a

Confederação Nacional da Indústria. Área Internacional
Agenda internacional da indústria 2017 / Confederação Nacional da Indústria. –
Brasília : CNI, 2017.
66 p. : il.

1. Políticas Comerciais. 2. Internacionalização de Empresas. 3. Capacitação.
4. Mercados Externos. I. Título.

CDU 338.45

CNI
Confederação Nacional da Indústria
Sede

Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317-9000

SAC
Serviço de Atendimento ao Cliente
Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992
sac@cni.org.br

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Crescimento do PIB e do comércio mundial – projeções para 2017	16
Gráfico 2	Crescimento do PIB em países e regiões selecionadas – 2017	18
Gráfico 3	Exportações e importações brasileiras – 2000 - 2016 (US\$ milhões).....	22
Gráfico 4	Exportações de produtos manufaturados: índices de preços e quantum (2006=100)	23
Gráfico 5	Composição das empresas exportadoras por faixa de valor exportado (%)	24

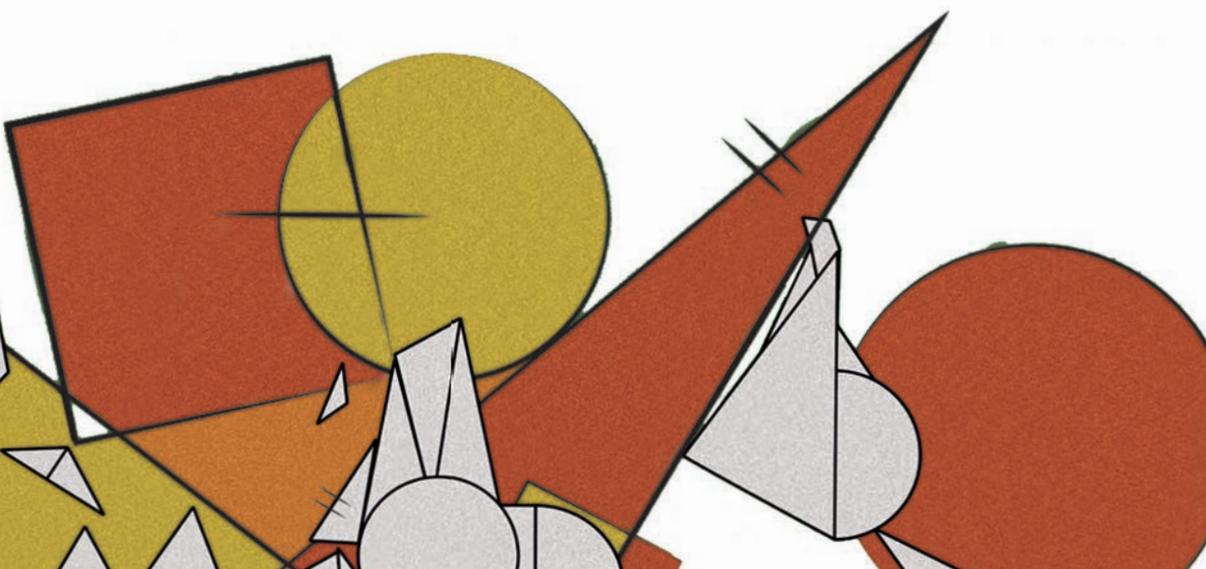
Lista de Quadros

Quadro 1	Mecanismos coordenados pela Área Internacional da CNI	11
Quadro 2	Tendências e impactos do contexto internacional sobre a Agenda.....	27
Quadro 3	Tendências e impactos do contexto doméstico sobre a Agenda.....	29
Quadro 4	Agenda Internacional da Indústria – Temas prioritários para 2017.....	30
Quadro 5	Lista de ações realizadas da Agenda de 2016.....	61
Quadro 6	Lista de ações parcialmente realizadas da Agenda de 2016	64
Quadro 7	Lista de ações não realizadas da Agenda de 2016	65



Sumário

Apresentação	8
Mecanismos de Consulta	10
Contexto	14
A herança de 2016	15
O contexto internacional em 2017	16
O contexto doméstico	22
Ações Prioritárias Frente à Conjuntura Atual	26
Ações de Influência Sobre Políticas Comerciais	32
Acordos comerciais	33
Investimentos brasileiros no exterior	35
Facilitação e desburocratização do comércio exterior	38
Barreiras em terceiros mercados	39





Tributação no comércio exterior.....	41
Financiamento e garantias às exportações.....	43
Defesa comercial.....	45
Logística e infraestrutura do comércio exterior.....	46
Serviços de Apoio à Internacionalização de Empresas.....	48
Assessoria e consultoria.....	49
Capacitação e sensibilização empresarial.....	51
Inteligência comercial.....	52
Promoção de negócios.....	54
Programas de internacionalização.....	56
Documentos aduaneiros.....	57
Promoção e atração de investimentos.....	58
Prestação de Contas da Agenda Internacional da Indústria 2016.....	60

Apresentação



A Agenda Internacional da Indústria apresenta as prioridades da atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para a promoção da inserção internacional das empresas brasileiras. O documento, que reúne as visões de entidades empresariais e empresas, é composto por atividades em duas grandes linhas de atuação:

1. Influência sobre políticas comerciais;
2. Serviços de apoio à internacionalização de empresas.

As atividades desenvolvidas no âmbito dessas duas linhas de atuação não são estanques, tendo importante grau de complementaridade. A divisão adotada tem como objetivo facilitar a compreensão dos *stakeholders* quanto à natureza das iniciativas desenvolvidas em cada uma delas: formulação e defesa de políticas, no primeiro caso, e prestação de serviços, no segundo caso.

A Agenda está organizada em sete seções. A segunda seção apresenta os mecanismos de consulta utilizados para a seleção das ações prioritárias que constam desta Agenda. A terceira seção traz uma análise sucinta dos contextos internacional e doméstico em que as ações previstas serão desenvolvidas. A quarta seção identifica as implicações das principais tendências dos contextos para a escolha das prioridades da Agenda Internacional da Indústria. A quinta seção apresenta as prioridades selecionadas para as atividades relacionadas à influência sobre políticas comerciais. A sexta seção reúne as prioridades no campo da prestação de serviços para internacionalização. Por fim, a sétima seção apresenta uma prestação de contas sobre a Agenda Internacional da Indústria de 2016.

Mecanismos de Consulta



As prioridades selecionadas neste documento são o resultado de um processo de construção em três etapas e cumprem uma das diretrizes centrais do Planejamento Estratégico da Área Internacional da CNI.

Primeiro, foram reunidos os pleitos em foros e mecanismos coordenados pela CNI, como: o Conselho Temático de Integração Internacional (COINTER); a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB); o Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET); o Fórum de Competitividade das Exportações (FCE); os conselhos empresariais bilaterais com os países do BRICS, a Argentina, os Estados Unidos e o Japão; e a Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN). O Quadro 1 abaixo sintetiza as principais características e objetivos dos mecanismos.

O segundo passo foi a análise dos resultados da pesquisa da CNI intitulada “Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras”, conduzida entre 2015 e 2016 e que contou com a resposta de 847 empresas.

Por fim, a Agenda passou por um processo de crítica e validação que envolveu reuniões presenciais com diferentes grupos de *stakeholders*: federações de indústrias, associações e sindicatos setoriais e empresas exportadoras de todos os portes.

Quadro 1 – Mecanismos coordenados pela Área Internacional da CNI

Mecanismos com foco em temas
Conselho Temático de Integração Internacional (COINTER): conselho ligado à diretoria da CNI para prover orientação estratégica para a Área Internacional.
Coalizão Empresarial Brasileira (CEB): reúne empresas e entidades de representação de todo o setor privado com o objetivo de apoiar as negociações de acordos comerciais.
Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET): reúne empresas brasileiras com investimentos no exterior para promover políticas de apoio e facilitação de suas operações no exterior.
Fórum de Competitividade das Exportações (FCE): reúne grandes empresas exportadoras brasileiras – independente da origem do capital – para promover o aumento da competitividade exportadora.
Mecanismos com foco na base geográfica
Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN): reúne as 27 Federações de Indústrias dos estados e do Distrito Federal com o objetivo de promover a internacionalização das empresas brasileiras.

Mecanismos com foco em mercados prioritários

Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão (CCE Brasil-Japão): reúne entidades de representação do setor privado com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e o Japão.

Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU): reúne entidades de representação do setor privado com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos.

Conselho Empresarial dos BRICS (CEBRICS): reúne entidades de representação do setor privado com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul.

Conselho Empresarial Brasil-Argentina (CEMBRAR): reúne entidades de representação do setor privado com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e a Argentina.

Fonte: Elaboração CNI.



Contexto



A definição de prioridades para a Agenda Internacional da Indústria em 2017 ocorre em um contexto marcado pelo aumento do já elevado grau de incerteza e pelas perspectivas pouco favoráveis que caracterizaram o ano de 2016, tanto no âmbito doméstico quanto no contexto internacional.

A Herança de 2016

Em 2016, o desempenho da economia mundial não correspondeu às expectativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Países emergentes como o Brasil, a Nigéria e a Rússia continuaram ou entraram em recessão – quadro marginalmente atenuado pela recuperação discreta de preços das commodities. Outras importantes economias em desenvolvimento, como África do Sul e México, também registraram taxas de crescimento modestas, concentrando-se na Ásia – China, Índia e membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) – os únicos polos de dinamismo da economia mundial.

No entanto, o fato central que marcou o ano de 2016 foi a deterioração do ambiente político que cerca o comércio internacional, adicionando mais dúvidas à evolução do já fraco desempenho da economia e do comércio mundiais.

Nos Estados Unidos, a eleição de Donald Trump elevou as incertezas a novo patamar com promessas de forte viés protecionista. Na Europa, a retórica nacionalista se voltou contra o projeto de integração econômica e contribuiu decisivamente para o BREXIT – a decisão, por referendo, de retirar o Reino Unido da União Europeia. Além disso, a mesma retórica quase inviabilizou a entrada em vigor do acordo comercial entre a União Europeia e o Canadá.

A evolução do contexto doméstico em 2016 teve na mudança política do governo federal seu momento mais importante, abrindo perspectivas para a adoção de uma agenda de política econômica que elegeu, como absoluta prioridade, o equacionamento da grave situação fiscal do país. No curto prazo, esta orientação reduz o grau de incerteza doméstica para os agentes, mas confirma menor espaço para políticas baseadas em renúncia fiscal ou aumento de gastos.

Neste ambiente, a eleição de ações prioritárias para o programa de trabalho da CNI em sua Área Internacional enfrenta dois desafios:

- Adequar a Agenda Internacional da Indústria às características dos contextos interno e externo; e

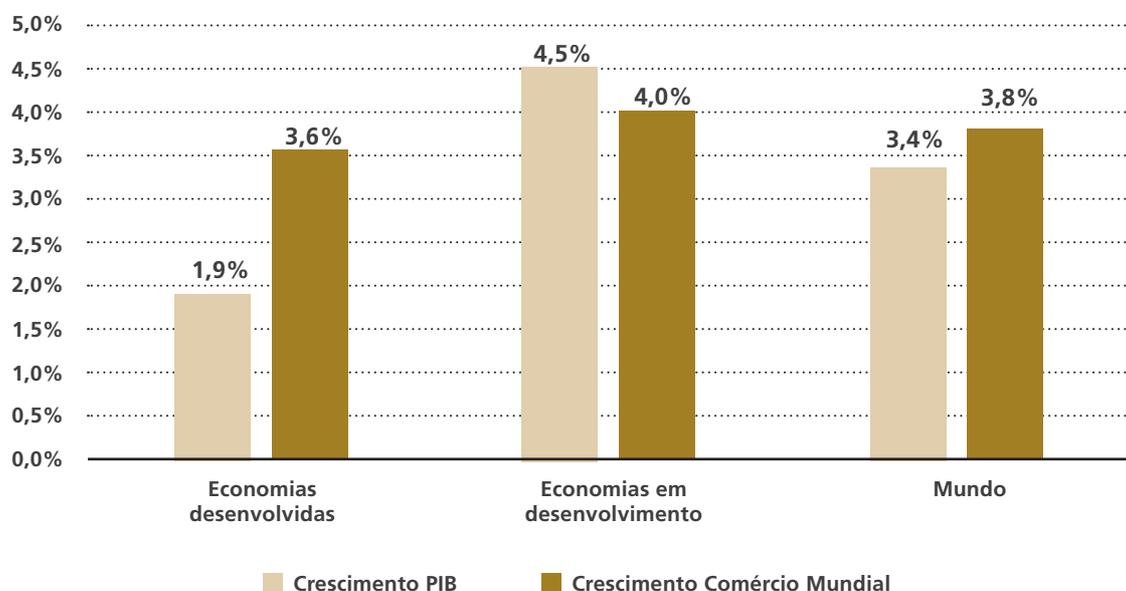
- Identificar iniciativas que possam gerar resultados no curto prazo, mantendo a mobilização para a defesa das políticas e ações estruturais para o setor industrial, e aperfeiçoando a oferta de serviços de apoio à internacionalização das empresas.

O Contexto Internacional em 2017

Segundo o FMI, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 2017 será modesto (3,4%), pouco superior ao de 2016 (3,1%). Esta previsão está sujeita a riscos que o FMI ressalta: intensificação do protecionismo/nacionalismo; aumento nos desequilíbrios macroeconômicos em países desenvolvidos; vulnerabilidade das economias emergentes e riscos geopolíticos, sobretudo no Oriente Médio e na África. De outro lado, um maior ativismo fiscal nos Estados Unidos e/ou na China poderia gerar um impulso adicional na economia mundial em 2017.

Nos últimos anos, a realidade tem se encarregado de “corrigir” previsões otimistas, levando o Fundo e outras instituições, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a revê-las. Desse modo, não será surpresa se os níveis de crescimento da economia global, em 2017, ficarem abaixo das atuais previsões do FMI no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Crescimento do PIB e do comércio mundial – projeções para 2017



Fonte: WEO FMI: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/update/01/pdf/0117.pdf>

Entre as principais características do cenário internacional que se desenha para 2017 destacam-se:

- Crescimento modesto da economia mundial e, em especial, dos países desenvolvidos;
- Crescimento mais forte das economias em desenvolvimento da Ásia;
- Fraco crescimento do comércio mundial (3,8%), com alguma recuperação de preços do petróleo, e em menor intensidade, dos metais e produtos agrícolas;
- Elevado grau de incertezas quanto aos rumos da política econômica nos principais *players* da economia mundial;
- Cenário político com tensões e conflitos “herdados” de anos anteriores, no Oriente Médio e no Leste Europeu; e
- Ambiente anti-comércio e anti-acordos comerciais em alguns países desenvolvidos.

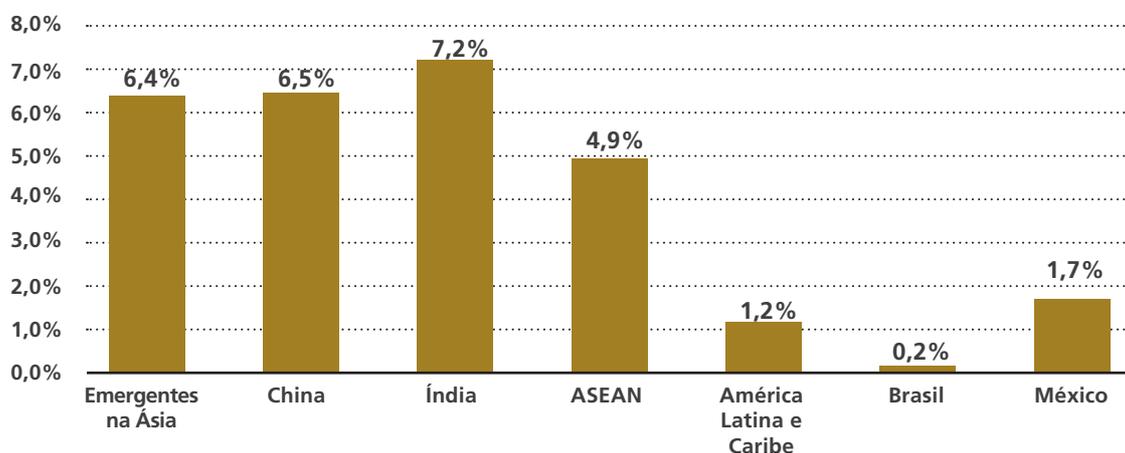
Crescimento Econômico

As previsões do FMI para os países desenvolvidos, em 2017, apontam para um crescimento de 1,9%, contra 1,6% em 2016. Enquanto a economia dos Estados Unidos deve registrar aceleração em relação a 2016 (2,3% em 2017 contra 1,6% em 2016), espera-se que a Zona do Euro apresente crescimento de 1,6%, pouco inferior ao de 2016 (1,7%). O padrão de baixo crescimento observado nos últimos anos se mantém, influenciado por Europa e Japão.

As mudanças na política econômica dos Estados Unidos com Trump devem combinar expansionismo fiscal com aumento dos gastos (em infraestrutura e defesa, por exemplo) e corte de impostos. Em 2017, é provável que a combinação impulse o crescimento econômico do país. A contrapartida deverá ser uma política monetária mais apertada, antecipando a esperada elevação das taxas de juros americanas. A combinação das políticas macroeconômicas com protecionismo comercial pode levar a uma valorização do dólar.

Os países em desenvolvimento devem crescer 4,5%, em 2017, confirmando tendência de lenta recuperação das suas taxas de crescimento, observada em 2016. Entretanto, o desempenho será heterogêneo entre países e regiões.

A China deverá manter taxas de crescimento em torno de 6,5%, enquanto a Índia deverá crescer 7,2% em 2017 (FMI). Juntamente com os países da ASEAN (4,9%), os dois “gigantes” asiáticos constituem o único polo de forte crescimento no mundo. O contraste com as demais regiões ou países é significativo: 1,2% na América Latina e Caribe, 1,1% na Rússia, 0,8% na África do Sul e 0,8% na Nigéria. A redução das taxas de crescimento da China e o fraco desempenho da demanda em países desenvolvidos limitam o crescimento dessas economias.

Gráfico 2 – Crescimento do PIB em países e regiões selecionadas – 2017

Fonte: WEO FMI: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/update/01/pdf/0117.pdf>

Em seu relatório de janeiro de 2017, o FMI reviu para baixo o crescimento esperado para a América Latina em 0,4 ponto percentual. Para o Brasil a previsão passou a ser de 0,2% (-0,3 ponto em relação à projeção anterior) e, no caso do México, a redução estimada foi de 0,6 ponto percentual, indo para 1,7%.

Comércio Internacional

A desaceleração da expansão – em volume – tem sido uma característica marcante do comércio mundial de bens e serviços desde 2012, em nítido contraste com o desempenho registrado nas três décadas anteriores. Até então, o ritmo de crescimento do comércio superava amplamente o do PIB mundial.

Em seu *World Economic Outlook* (WEO) de outubro de 2016, o FMI elencou as razões da inflexão observada nos últimos anos no ritmo de crescimento do volume do comércio global. Para a entidade, esta evolução resulta da simultaneidade de três fenômenos:

- A desaceleração econômica sincrônica vivenciada pelas economias desenvolvidas e em desenvolvimento e seus efeitos sobre a taxa de investimento destas economias, que explicaria cerca de $\frac{3}{4}$ da desaceleração do crescimento do comércio;
- O amadurecimento das cadeias internacionais de valor e a redução do ritmo de crescimento do comércio que a elas se associa; e
- O crescimento de medidas de natureza protecionista.

Na revisão realizada no relatório em janeiro de 2017, o FMI reduziu previsão de crescimento do comércio mundial em 2017 de 4,1%, para 3,8%. Se a previsão se confirmar, o crescimento do comércio superará em apenas 0,4 ponto percentual o do PIB mundial, mas, se estará diante de recuperação significativa no crescimento dos fluxos comerciais em relação a 2015 e 2016. Ressalta-se que há diferenças na previsão do crescimento do comércio para países desenvolvidos (3,6%) e em desenvolvimento (4,0%).

Investimentos Diretos Estrangeiros

Em seu *Global Investment Trends Monitor* de outubro de 2016, a UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) estima que, em 2016, os fluxos globais de investimentos diretos estrangeiros (IDE) caíram entre 10 e 15%, refletindo a fragilidade da economia mundial. O reduzido crescimento em países exportadores de commodities, a expressiva queda nos lucros das empresas multinacionais e as medidas adotadas pelos países para conter movimentos dessas empresas para minimizar o pagamento de impostos, desestimularam esses fluxos.

Para o médio prazo, a UNCTAD prevê que os fluxos globais de IED voltarão a crescer a taxas médias de 7% e 8% em 2017 e 2018. Ainda assim, em 2018 o IDE global continuará abaixo dos níveis registrados no período anterior à crise financeira internacional, quase uma década atrás.

De acordo com pesquisa realizada pela UNCTAD com executivos de empresas multinacionais, os fatores que mais influenciam as perspectivas positivas para o IDE global são as projeções para o desempenho econômico dos Estados Unidos, mudanças tecnológicas e economia digital, urbanização e continuidade do processo de *offshoring*. Incertezas geopolíticas, preocupações com default de dívidas em países excessivamente endividados, terrorismo e ataques cibernéticos estariam entre as principais ameaças para o crescimento do IDE.

Ambiente Político do Comércio Internacional

Às diversas tendências que associaram baixo crescimento do PIB com desaceleração do comércio global, o ano de 2016 adicionou a deterioração do ambiente político para o comércio e investimentos. Esse tem sido um fenômeno típico de países desenvolvidos, sobretudo pela difusão, entre políticos e organizações da sociedade civil, de uma retórica crítica ao comércio e aos acordos comerciais.

Os primeiros impactos relevantes das visões anti-globalização se fizeram sentir em 2016, com o BREXIT, as posições contrárias dos dois candidatos à Presidência dos Estados Unidos ao acordo da Parceria Transpacífica (TPP) e os percalços, na Europa, para a entrada em vigor do acordo de livre comércio com o Canadá.

A eleição de Donald Trump veio consolidar essas tendências, já que, em sua primeira semana de mandato, o novo Presidente assinou ordem executiva retirando os Estados Unidos do TPP, mas acenou com a possibilidade de negociar acordos bilaterais com os próprios membros deste acordo.

As incertezas também rondam o futuro do NAFTA (Área de Livre Comércio da América do Norte). O novo presidente norte-americano informou que pretende renegociar o acordo, mas pouco ou nada se sabe a respeito. Uma agenda possível deverá ser a busca por mais rigidez em regras de origem para reduzir o conteúdo de insumos importados extrazona.

Mas, dentre as medidas econômicas aventadas pela nova administração norte-americana a de maior impacto potencial para a indústria brasileira é o ajuste da tributação nas importações dos Estados Unidos (*Border Adjustment Tax*). O desenho do novo tributo, em estudo pelos Republicanos antes até da eleição de Trump, ainda não está claro. De todo modo, tudo indica que seria cobrado um tributo sobre o valor agregado nas importações (de 20%) com isenção do mesmo nas exportações. Além disso, estuda-se a dedução dos salários pagos a trabalhadores norte-americanos do imposto devido, taxando os salários pagos no exterior.

O fato de que a TPP e a também a Parceria Transatlântica (TTIP) estarem paralisados não significa que outros mega-acordos não possam avançar. Ainda é possível, e mesmo provável, que a China aproveite esse contexto para avançar em seus projetos comerciais, concluindo, por exemplo, o acordo da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP).

O ambiente desfavorável à liberalização comercial afeta também a já pouco ambiciosa agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC). A organização adota estratégia de buscar consenso em torno de pequenos pacotes compostos por temas de menor resistência, ainda que importantes para o comércio internacional. Para a próxima reunião ministerial de 2017 em Buenos Aires, é provável que as negociações contemplem questões pendentes da agenda agrícola e temas novos como comércio eletrônico e pequenas e médias empresas.

A intensificação do debate internacional acerca do reconhecimento da China como economia de mercado acrescenta mais tensão para 2017, dado que a China já iniciou consultas aos Estados Unidos e à União Europeia na OMC sobre o tema, que deve evoluir para novos contenciosos. O debate reflete essencialmente diferentes interpretações sobre os compromissos chineses em matéria de antidumping, assumidos no momento de sua acessão à OMC.

Por fim, em 2017 entrou em vigor o Acordo de Facilitação de Comércio (AFC), celebrado na Reunião Ministerial da OMC em Bali, em 2013. Isso significa que começa a correr o prazo para que todos os países membros da OMC, inclusive o Brasil, iniciem a implementação

de medidas ainda sem previsão doméstica. A implementação do Acordo deve trazer mais celeridade nos processos aduaneiros de exportação e importação em todo o mundo.

Ressalta-se que apesar da deterioração do ambiente político para o comércio internacional em 2017, não se pode afirmar que está em curso um surto protecionista. Relatório da OMC, que compila a adoção de medidas restritivas ao comércio pelo G-20, demonstra ligeira redução da aplicação destas medidas entre maio e outubro de 2016 (último dado disponível). O alerta fica por conta do aumento do uso de medidas antidumping, difundido por mais países.

O cenário é parecido para os fluxos de IDE. O *Investment Policy Monitor* da UNCTAD, de novembro de 2016, apontou que 74% das medidas introduzidas tinham o intuito de promover ou facilitar investimentos. Alguns países, em setores específicos de tecnologia avançada e infraestrutura adotaram medidas restritivas, mas isso não é a tendência dominante.

Relações Brasil-Argentina e o Mercosul

É fato que as mudanças políticas no Brasil e na Argentina abrem novas oportunidades para a retomada da agenda econômica do Mercado Comum do Sul (Mercosul), mas pouco se avançou na área em 2016.

A agenda do bloco esteve novamente ocupada por questões políticas em relação à situação da Venezuela. Em dezembro de 2016, o bloco deu solução adequada à questão da participação do país no Mercosul, fazendo cessar seus direitos como Estado Parte até que sejam definidas condições para a sua retomada.

É legítimo supor que, superada a questão da participação da Venezuela no Mercosul, o bloco terá mais espaço para tratar de sua agenda econômica interna no médio prazo. Todavia, essa expectativa deve ser moderada pelos difíceis contextos domésticos nos dois sócios maiores, que, em 2017, ainda terão outras prioridades em suas agendas doméstica e externa.

Do lado argentino, as dificuldades enfrentadas pelo novo governo parecem ter moderado seu ímpeto reformista no comércio exterior. No entanto, é preciso registrar que em dezembro de 2015 o governo argentino eliminou as Declarações Juradas Antecipadas de Importação, barreira não tarifária aplicada a todo universo de importações, substituindo-as pelo Sistema de Monitoramento das Importações mais previsível, mas que ainda estabelece licenças não automáticas para mais de 1.600 produtos sensíveis. Exportadores brasileiros ainda registram queixas de demora no processo de liberação de mercadorias. Mesmo assim, as exportações brasileiras para a Argentina cresceram quase 5% em 2016, após dois anos de quedas.

Por fim, há uma percepção de sucesso de algumas medidas de ajuste econômico adotadas no país, o que tem melhorado o ambiente de negócios na Argentina, fato que pode contribuir para o aumento da previsibilidade e conseqüente retomada dos investimentos de empresas brasileiras naquele país.

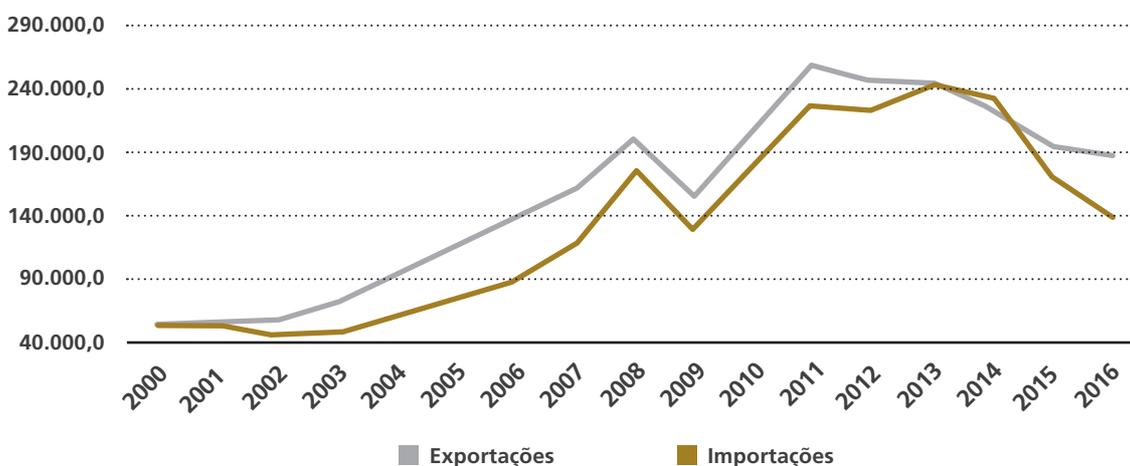
O Contexto Doméstico

A economia brasileira esteve submetida a um elevado grau de incertezas em 2016, que atingiu seu ápice com a troca de governo em meados do ano. O país enfrentou a maior recessão de sua história recente: a CNI estima que o PIB tenha se contraído em 3,6% e que a participação da indústria de transformação no PIB tenha chegado a 11,6%, também um recorde negativo.

A política econômica elegeu como prioridades absolutas o controle dos gastos públicos e o combate à inflação, o que contribuiu para dar mais previsibilidade aos agentes econômicos e para o controle do processo inflacionário, mas manteve a demanda doméstica retraída.

O Brasil registrou, em 2016, superávit recorde em sua balança comercial (US\$ 47,7 bilhões), resultado, sobretudo, da recessão doméstica e da forte retração das importações (-19,8%). A desvalorização cambial dos primeiros meses de 2016 foi parcialmente revertida e, junto com a fraca demanda externa, contribuiu para um resultado decepcionante das exportações (-3,1%).

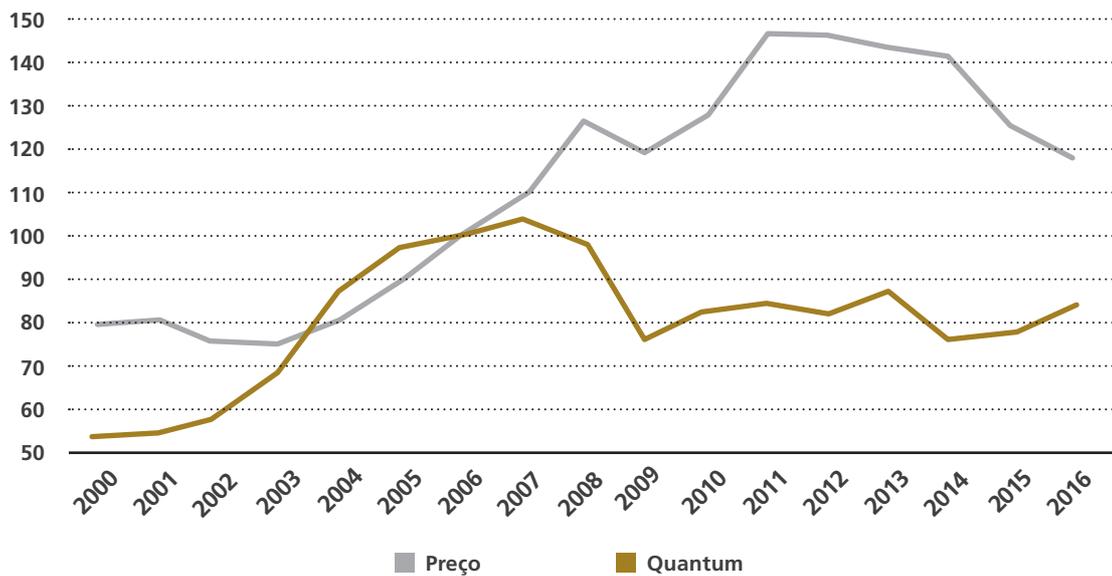
Gráfico 3 – Exportações e importações brasileiras – 2000-2016 (US\$ milhões)



Fonte: Secex/MDIC

Ainda que as exportações totais tenham caído, as exportações de produtos manufaturados apresentaram ligeiro crescimento (1,6%), puxado, fundamentalmente, pelas quantidades exportadas, que aumentaram 7,4%, enquanto os preços dessa categoria de produtos caíram 6,6%. Como se observa no gráfico abaixo, os preços em dólares dos produtos manufaturados brasileiros vêm caindo desde 2012, enquanto as quantidades esboçam recuperação.

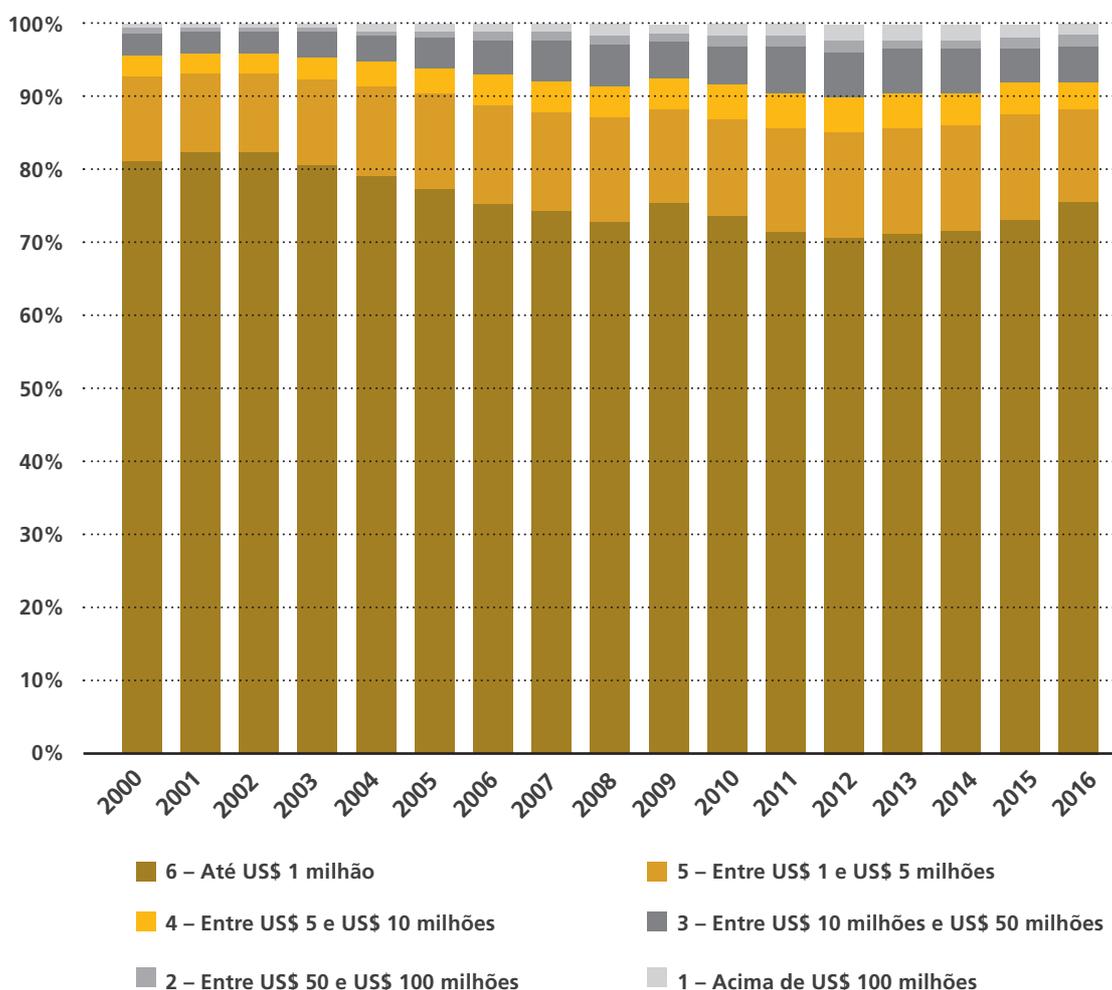
Gráfico 4 - Exportações de produtos manufaturados: índices de preços e quantum (2006=100)



Fonte: FUNCEX

Em um contexto de forte retração da demanda interna, aumentou o número de empresas que se engajaram na atividade exportadora, ainda que tenha havido queda das exportações. Em 2016, o número de empresas que exportaram a partir do Brasil foi de 25.541, expansão de 8,5% em relação ao ano anterior. O maior crescimento foi observado no número de empresas de menor porte com exportações anuais de até US\$ 1 milhão (11% de aumento).

Gráfico 5 – Composição das empresas exportadoras por faixa de valor exportado (%)



Fonte: Secex/MDIC

A crise econômica brasileira não parece ter afetado a capacidade do País de atrair IDEs nos últimos dois anos. Em 2015, o IDE somou US\$ 75 bilhões e em 2016 US\$ 78,9 bilhões. Para 2017, a maioria dos analistas prevê que o Brasil receba entre US\$ 70 bilhões e US\$ 75 bilhões.

Em um ano de mudança política significativa nas orientações do governo, a prioridade atribuída nos discursos oficiais à exportação teve dificuldades para se materializar em ações. Em parte, isso se deve à inexistência de espaço fiscal para a adoção de medidas de incentivo às exportações que impliquem em redução da carga tributária ou aumento dos gastos públicos.

Ainda assim, registraram-se algumas medidas de pequeno impacto fiscal e que avançam na direção de melhorar as condições de competitividade de empresas brasileiras: a previsão para que as empresas compensem créditos tributários de exportação com débitos em tributos previdenciários, a preservação dos recursos para dar continuidade à implementação do Portal

Único de Comércio Exterior e a mudança na forma de tributar lucros de empresas coligadas do Brasil no exterior.

Tal como em 2016, um dos desafios em 2017 será a identificação de medidas que favoreçam as exportações da indústria e tenham baixo impacto fiscal.

A condenação de diversos programas de apoio à indústria brasileira, em sua maioria envolvendo incentivos tributários, em contencioso aberto pela União Europeia e Japão contra o Brasil na OMC, soma mais um desafio à política comercial e industrial brasileira pela frente. A necessidade de remodelar os programas existentes para torná-los compatíveis com os compromissos na OMC é uma oportunidade para atualizar a política industrial brasileira.

A agenda de negociações comerciais seguiu, em 2016, as diretrizes contidas no Plano Nacional de Exportações 2015-2018, priorizando as principais negociações em curso (México e União Europeia). Também fizeram parte da agenda as negociações para ampliação dos temas de acordos já negociados com países sul-americanos (em serviços, compras governamentais e investimentos), o alargamento do acordo com a Índia e diálogos para abertura de negociações com os países da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e o Canadá.

Um balanço provisório das negociações com o México sugere que sua evolução ocorre em ritmo mais lento que o esperado, previsto para terminar em junho e depois ao final de 2016, agora deve se estender por todo o ano de 2017. Já as tratativas com a União Europeia devem ser impactadas pelo calendário eleitoral na França e na Alemanha e pelas negociações do BREXIT, sendo difícil imaginar alguma conclusão antes de 2018.

Na área de negociações comerciais em 2017, o Brasil parece pagar o preço de uma entrada tardia e hoje terá de buscar avanços em um cenário internacional adverso a acordos.

Ações Prioritárias Frente à Conjuntura Atual



A Agenda Internacional da Indústria incorpora objetivos permanentes voltados para a maior e melhor inserção internacional do setor industrial brasileiro no mercado mundial. Esses objetivos estão relacionados, de um lado, a medidas de políticas essenciais para equiparar o campo de jogo em relação à concorrência estrangeira, e, de outro lado, à provisão de serviços que permitam às empresas brasileiras capturar oportunidades no mercado internacional.

No entanto, as estratégias para alcançar esses objetivos permanentes não estão imunes às mudanças de contexto e à evolução da conjuntura doméstica e internacional. A sintética análise do contexto realizada na seção anterior indica que as seguintes tendências devem ser levadas em consideração na eleição e adaptação das ações prioritárias que compõem a Agenda Internacional da Indústria 2017.

Do contexto internacional:

Quadro 2 – Tendências e impactos do contexto internacional sobre a Agenda

Tendências	Impactos sobre a Agenda Internacional da Indústria
<p>Fraco crescimento da economia e do comércio mundiais</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Ênfase em medidas de competitividade doméstica: facilitação de comércio, logística de comércio exterior e tributação das exportações; – Ênfase no monitoramento de barreiras comerciais nos principais mercados de exportação para produtos brasileiros; – Ênfase nos serviços de apoio à promoção de exportações e internacionalização de empresas brasileiras.
<p>Retomada do crescimento dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Oportunidades para a expansão dos serviços de apoio ao investidor estrangeiro; – Oportunidade para ampliar a rede de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs) e de Acordos para Evitar a Dupla Tributação (ADTs).
<p>Tendência de maior crescimento econômico dos Estados Unidos</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Ênfase nas ações de diplomacia comercial e empresarial nos Estados Unidos; – Ênfase nas ações de promoção de negócios e outros serviços de internacionalização com foco nos Estados Unidos.

Tendências	Impactos sobre a Agenda Internacional da Indústria
<p>Revisão da política comercial norte-americana: paralisação da TPP, revisão do NAFTA e maior interesse nas negociações bilaterais, criação de um novo imposto sobre importações (BAT)</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Disseminação e discussão com atores relevantes sobre o <i>roadmap</i> para negociações comerciais Brasil-Estados Unidos elaborado pelos setores privados brasileiro e americano; – Atuação mais intensa para renovação do SGP norte-americano; – Aprofundamento das ações de influência e de cooperação com organizações empresariais nos Estados Unidos; – Monitoramento das barreiras comerciais nos Estados Unidos, com ênfase no <i>tax border adjustment</i> e na defesa comercial e preparação para a defesa dos exportadores brasileiros; – Maior interesse nas negociações comerciais entre Brasil e México e Mercosul-Canadá em função da revisão do NAFTA e da paralisação do TPP; – Paralisação das negociações do TTIP, podendo aumentar o interesse da União Europeia na negociação com o Mercosul.
<p>BREXIT</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Oportunidade para aprofundar o diálogo e buscar maior aproximação com o Reino Unido.
<p>Crescimento heterogêneo dos países em desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Aprofundamento do acordo comercial com a Índia; – Identificação de países com potencial de crescimento econômico e do comércio com o Brasil, na África e na Ásia.
<p>Ambiente político refratário ao comércio e a acordos comerciais</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Ênfase no monitoramento e remoção de barreiras externas ao comércio e aos investimentos, e recurso a contenciosos na OMC; – Intensificação da agenda de negociações preferenciais do Brasil, com vistas à conclusão de negociações dos acordos comerciais prioritários; – Definição de prioridades da indústria para um possível “Pacote de Buenos Aires” da OMC.
<p>Mercosul sem Venezuela e maior convergência de políticas no Brasil e na Argentina</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Oportunidade para retomada da agenda econômica e comercial do Mercosul; – Oportunidade para maior cooperação na agenda bilateral entre Brasil e Argentina, com ênfase nos investimentos brasileiros no país vizinho.

Do contexto doméstico:

Quadro 3 – Tendências e impactos do contexto doméstico sobre a Agenda

Tendências	Impactos sobre a Agenda Internacional da Indústria
<p>Baixo crescimento da demanda doméstica</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Maior relevância do comércio exterior como vetor de retomada de atividade para empresas de todos os portes; – Maior relevância dos serviços de apoio à internacionalização para viabilizar especialmente a entrada na exportação de pequenas e médias empresas; – Reforço do portfólio de serviços voltado à conversão de empresas não exportadoras, com foco em assessoria e consultoria e capacitação empresarial; – Atenção às ações de defesa comercial, inclusive em função do novo status da China na OMC.
<p>Restrição fiscal</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Dificuldades para avançar em iniciativas que impliquem em aumento de gastos públicos ou renúncia fiscal; – Ênfase em ações de facilitação de comércio e serviços relacionados, incluindo certificação de origem digital e emissão de ATA Carnet; – Aperfeiçoamento e simplificação burocrática de mecanismos de desoneração tributária; – Limites à expansão das linhas de financiamento público às exportações, dando foco em mudanças institucionais e redução da burocracia para financiamento e garantias às exportações; – Limites aos recursos para ações públicas de promoção de negócios. Necessidade de otimizar recursos por meio de parcerias com órgãos de governo, do Sistema S e organizações internacionais.

Para que as empresas possam usufruir os benefícios da melhoria das políticas públicas é preciso que elas estejam informadas sobre tais políticas e capacitadas a ingressar no mercado internacional. Por sua vez, as informações sobre entraves e dificuldades enfrentados pelas empresas no processo de internacionalização alimentam a formulação de propostas para a política comercial brasileira.

O Quadro 4 a seguir resume as prioridades para 2017 nas duas grandes linhas de atuação da Área Internacional da CNI, influência sobre políticas comerciais e serviços de apoio à internacionalização de empresas.

Quadro 4 - Agenda Internacional da Indústria – Temas prioritários para 2017

Influência sobre políticas comerciais
<ul style="list-style-type: none">– Acordos comerciais– Investimentos brasileiros no exterior– Facilitação e desburocratização do comércio exterior– Barreiras em terceiros mercados– Tributação no comércio exterior– Financiamento e garantias às exportações– Defesa comercial– Logística e infraestrutura do comércio exterior
Serviços de apoio à internacionalização de empresas
<ul style="list-style-type: none">– Assessoria e consultoria– Capacitação e sensibilização empresarial– Inteligência comercial– Promoção de negócios– Programas de internacionalização– Documentos aduaneiros– Promoção e atração de investimentos



Ações de Influência Sobre Políticas Comerciais



A atuação da Área Internacional da CNI para influenciar a elaboração e a implementação das políticas comerciais parte da identificação dos interesses da indústria brasileira em áreas diversas que afetam o processo de internacionalização das empresas. Esses interesses estão voltados para a melhoria do ambiente de negócios no Brasil e para a remoção de entraves domésticos e externos às exportações, importações e aos investimentos diretos.

É importante ressaltar que a CNI acolhe apenas propostas que estão em acordo com a Constituição Federal e com as normas internacionais às quais o Brasil aderiu, em particular os acordos do Mercosul e da OMC. As atividades da CNI nessa área estão centradas na formulação de propostas e documentos de posição e na busca de influência junto aos órgãos governamentais, ao Congresso Nacional e às instituições internacionais.

Acordos Comerciais

As negociações comerciais são parte importante da agenda da CNI desde os anos de 1990. Recentemente, o tema teve sua relevância reduzida, em função das prioridades governamentais terem se concentrado em negociações multilaterais, de avanço limitado. Como consequência, o Brasil se manteve à margem das negociações preferenciais ao mesmo tempo em que o Mercosul viveu um “esvaziamento” de sua agenda econômica.

Ainda que tenha se deteriorado o ambiente político para as negociações comerciais no mundo, a prioridade dada pela Agenda Internacional ao tema permanece, podendo, inclusive, surgirem oportunidades a partir desses desdobramentos. Mantém-se a relevância para o Brasil das negociações preferenciais, em especial com o México, União Europeia e outras com perspectivas concretas, como o EFTA. De outro lado, o novo momento mais refratário à liberalização comercial eleva o nível de prioridade para: relançar a agenda comercial e econômica no Mercosul; dar continuidade à ampliação dos acordos com a Aliança do Pacífico; e apoiar a atualização da agenda da OMC.

Apesar das dificuldades associadas às mudanças ocorridas no governo federal, o ano de 2016 registrou avanços importantes na área de negociações comerciais. O Brasil assinou com o Peru seu primeiro acordo extra-Mercosul sobre compras governamentais, que se soma aos firmados com aquele país no âmbito de bens, de serviços e de investimentos, e iniciou negociações para um acordo em compras governamentais com o Chile.

No âmbito do Mercosul, embora tenha havido evidente melhora no diálogo governamental entre os dois maiores sócios do bloco no ano de 2016, a agenda interna ainda esteve às voltas com questões políticas e que culminaram na suspensão da Venezuela. Resolvida a questão política, abre-se espaço para avançar em temas econômicos e comerciais no bloco em 2017.

As negociações com o México prosseguiram ao longo do ano, mas a um ritmo mais lento do que o previsto. Nas negociações extra-regionais, foi realizada a troca de ofertas em bens com a União Europeia, pendentes desde o relançamento das negociações em 2010, e foi intensificado o diálogo que possibilitou a abertura de negociações entre o Mercosul e o EFTA.

Por fim, o acordo de preferências tarifárias entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU), assinado em 2009, foi finalmente internalizado pelo Brasil e está em vigor. Porém, o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito, assinado em 2010, assim como o Acordo de Complementação Econômica revisado em 2015 entre o Brasil e a Colômbia ainda não foram internalizados.



Prioridades para 2017

- 1. México:** defender a conclusão célere das negociações de um acordo de livre comércio, incluindo, como prioridade, os temas relacionados diretamente ao comércio de bens e os demais temas contemplados pelo documento de posição da CNI: serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, e barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias.
- 2. União Europeia:** estimular os governos brasileiro e dos demais membros do Mercosul e da União Europeia a prosseguir com a negociação, para conclusão célere do Acordo de Livre Comércio entre os dois blocos; e apoiar o engajamento do setor privado brasileiro nas negociações para aprimorar o posicionamento, sobretudo em bens e regras de origem.
- 3. América do Sul:** aprofundar os acordos com a Colômbia e o Chile, em serviços e barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias, além de ampliar o escopo temático, em compras governamentais e facilitação de comércio; e avançar na aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, com vistas à convergência de normas dos dois blocos.
- 4. Mercosul:** avançar nos temas econômicos e comerciais do bloco por meio da celebração de acordos sobre barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias, investimentos, novo protocolo em compras governamentais, facilitação de comércio; aperfeiçoar a institucionalidade para dar celeridade à aprovação e internalização das normas; aprimorar a participação do setor privado nas discussões de temas de seu interesse; e flexibilizar regras para as negociações externas do bloco.
- 5. Outras negociações:** disseminar, junto ao governo, os interesses ofensivos do Brasil em futuras negociações ou tratativas comerciais com África do Sul, Canadá, Índia, Irã e Sistema de Integração Centro-Americana (SICA); divulgar e discutir,

junto ao setor privado e ao governo, o *roadmap* para negociações de um acordo de livre comércio com os Estados Unidos e de um acordo de parceria econômica com o Japão; construir agenda de interesses ofensivos da indústria brasileira em negociações com a Coreia do Sul, o EFTA e o Japão; e apoiar o setor privado na construção de ofertas e posicionamentos sobre essas negociações.

- 6. Serviços:** apoiar, por meio da apresentação de propostas técnicas, a participação do Brasil nas negociações do TiSA (*Trade in Services Agreement*), negociações plurilaterais para a liberalização comercial de serviços.
- 7. Propriedade intelectual:** tornar permanente e incluir todos os setores nos Acordos de Compartilhamento de Exames de Patentes (PPHs) com Estados Unidos, Europa e Japão e assinar novos com China e Coreia do Sul; e internalizar o Sistema de Madrid para o Registro Internacional de Marcas (Protocolo de Madrid).
- 8. Movimentação de pessoas:** eliminar a exigência de vistos de negócios e de turismo nos Estados Unidos (*Visa Waiver Program*) e Japão e facilitar a entrada de viajantes de negócios e turismo nos BRICS (*Travel Card*) e nos Estados Unidos (*Global Entry*).
- 9. OMC:** elaborar posição da indústria com propostas para a reunião Ministerial de Buenos Aires da OMC.
- 10. Internalização de acordos:** defender maior celeridade na internalização de acordos internacionais no Brasil, no âmbito dos poderes Legislativo e Executivo.

Investimentos Brasileiros no Exterior

Os investimentos de empresas brasileiras no exterior apresentaram, a partir da década de 2000, crescimento significativo, que levou o estoque de capitais brasileiros no exterior a US\$ 283 bilhões¹. No entanto, o desempenho nos últimos anos tem sido volátil e não tem acompanhado o das demais economias emergentes. Isso reflete a estratégia de algumas empresas, mas também o fato de que algumas políticas no Brasil desincentivarem essa atividade.

O ano de 2016 teve alguns progressos relevantes em políticas públicas, embora ainda limitados, sendo o principal deles a melhoria da tributação dos lucros para empresas coligadas e a inclusão do setor extrativista no regime de crédito presumido, no marco da legislação de tributação de lucros no exterior. Ainda na área tributária, entrou em vigor a lei que prevê aplicação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para todos

¹ Último dado disponível é de 2015. Dado diz respeito à modalidade de participação no capital e de empréstimos intercompanhias, segundo dados do Banco Central do Brasil.

os ADTs e também foi regulamentado o Procedimento Amigável para esses acordos, duas medidas que aumentam a segurança jurídica. Além disso, a Secretaria da Receita Federal Brasileira (RFB) estabeleceu interlocução organizada com o FET, que tem permitido discussões estruturadas sobre a agenda tributária nessa área.

Entretanto, a negociação e celebração de ADTs com países prioritários segue paralisada ou com avanços muito marginais, no caso de Uruguai e Suíça. Além disso, foi publicada instrução normativa da RFB que incluía a Áustria como paraíso fiscal e piorava a tributação de *holdings* brasileiras no país, o que foi parcialmente revertido com outra instrução normativa no final de 2016. Vale ainda ressaltar que não se avançou em temas como a tributação de empresas controladas no setor de serviços, no âmbito da lei de lucros no exterior, e essas empresas seguem com alíquota de imposto de renda majorada em relação a outros setores.

Além da área tributária, houve como aspecto positivo a continuidade da assinatura dos ACFIs em 2016, tendo sido o Peru o único caso no ano. Por fim, no âmbito da reestruturação da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), foi constituído o Comitê Nacional de Investimentos (CONINV), para dar suporte tanto à atividade de investimento brasileiro no exterior quanto de atração de investimentos estrangeiros no Brasil. Não houve, no entanto, avanços na reformulação da lei de expatriados, em discussão na Câmara dos Deputados.



Prioridades para 2017

- 1. Tributação de lucros no exterior:** trabalhar pela regulamentação de alguns aspectos da Lei 12.973/14, sendo os principais incluir as empresas controladas do setor de serviços no critério de crédito presumido e dar mais clareza sobre as regras de consolidação de resultados no exterior e compensação de prejuízos.
- 2. Acordos para Evitar a Dupla Tributação:** dar continuidade à defesa das recomendações da publicação da CNI/FET acerca da melhoria do modelo brasileiro de ADTs, em temas como tratamento de serviços e royalties, bem como de preços de transferência; dar continuidade à defesa da ampliação da rede brasileira de acordos para evitar a dupla tributação, prioritariamente com: Estados Unidos, Colômbia, Reino Unido, Alemanha, Austrália, Uruguai, Paraguai e Suíça; e trabalhar para a aprovação no Congresso Nacional do acordo com a Rússia (Projeto de Decreto Legislativo 297/2015 e Mensagem 249/2015).
- 3. Tratamento para trabalhadores expatriados:** reformular a Lei 7.046/82, prioritariamente por meio da aprovação do PL 1.748/2011.

4. **Preços de transferência:** propor mudanças em pontos da lei, principalmente em relação à variação cambial, flexibilização do sistema de margens fixas, salvaguardas para exportadores, entre outros.
5. **Imposto sobre Operações Financeiras sobre aquisição de empresas:** manter o posicionamento em defesa da eliminação do IOF na operação de aquisição e empréstimos *intercompany*.
6. **Financiamento aos investimentos no exterior:** defender que o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) garanta riscos para operações de financiamento ao investimento no exterior; que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) desenvolva instrumentos para a concessão, pelo FGE, de garantia contra o risco político do investimento no exterior; e que a ABGF e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedam garantias às empresas que investem no exterior em suas operações no mercado financeiro internacional, viabilizando o acesso das empresas de menor porte a essas fontes de financiamento.
7. **Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos:** defender a celebração de um ACFI intra-Mercosul e de acordos com países da África, América Latina, BRICS e Japão. Nestes acordos, deve-se buscar manter a seção de solução de controvérsias em sua versão mais detalhada, como consta dos acordos com o México e o Chile; e atuar para a internalização dos ACFIs assinados com Angola, Chile, Colômbia, Malauí, México, Moçambique e Peru.
8. **Acordos previdenciários:** defender a celebração de acordos prioritariamente com África do Sul, Angola, Áustria, China, Colômbia, Egito, Emirados Árabes Unidos, Índia, México, Holanda, Panamá, República Dominicana e Venezuela; apoiar a internalização do Acordo Multilateral ente Países de Língua Portuguesa (CPLP), hoje na Casa Civil da Presidência da República; defender a aprovação no Congresso dos acordos previdenciários com os Estados Unidos (PDC 487/2016) e Suíça (PDC 431/2016) e; renegociar acordos, prioritariamente com os países do Mercosul, Alemanha, Bélgica, França, Itália e demais países ibero-americanos, com vistas a elevar para cinco anos o período de cobertura do deslocamento dos funcionários.
9. **CONINV:** enviar à CAMEX as medidas prioritárias da Área Internacional da CNI em matéria de atração de investimentos e facilitação e estímulo dos investimentos brasileiros no exterior; acompanhar os resultados das reuniões do grupo com o intuito de influenciar a pauta; e participar das reuniões quando possível.

Facilitação e Desburocratização do Comércio Exterior

A simplificação de procedimentos administrativos e legais associados às atividades de exportação e importação tem ocupado lugar de destaque entre os obstáculos apontados por pesquisas da CNI, tal como a Pesquisa “Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras”. Ao mesmo tempo que traz impactos importantes sobre prazos, custos e previsibilidade das operações de comércio exterior, é também um desafio complexo por envolver processos de dezenas de órgãos públicos intervenientes.

Apesar dessas dificuldades, o tema tornou-se, nos últimos anos, alvo de iniciativas governamentais e de parcerias público-privadas bem-sucedidas e que vêm contribuindo significativamente para gerar impactos positivos para a atividade exportadora. Esse é o caso do Portal Único de Comércio Exterior, liderado pela RFB e pela SECEX, e para o qual a CNI contribuiu decisivamente, em parceria com a Aliança PROCOMEX, elaborando mapas detalhados dos processos nas atividades de comércio exterior e relatórios com sugestões de melhorias desses processos. Outra iniciativa relevante é a implantação, em curso, do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA), que deve levar à assinatura de acordos de reconhecimento mútuo (ARM) com parceiros comerciais do Brasil.

Em 2016, houve a aprovação do Acordo de Facilitação do Comércio (AFC) da OMC pelas duas Casas do Legislativo brasileiro. Nesse contexto, foi instituído também o Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (CONFAC) no âmbito da CAMEX para coordenar os órgãos governamentais na implementação das obrigações constantes do AFC. Vale ressaltar que o referido acordo entrou em vigor após a aprovação de 110 dos membros da OMC no dia 22 de fevereiro de 2017.

Em 2016, avançou-se na construção da primeira fase do novo fluxo de exportação do Portal Único de Comércio Exterior, com a disponibilização do ambiente de validação para simular as operações. O pleno funcionamento do fluxo de exportação e início da fase de homologação do fluxo de importação estão previstos para 2017. No entanto, incertezas orçamentárias e quanto ao cumprimento de prazos poderão afetar o cronograma de implementação previsto inicialmente.

O Programa OEA teve sua implementação prevista em três fases (Segurança; Conformidade; Integrado). Como previsto, em 2016, o módulo OEA-Conformidade tornou-se efetivo, tornando possível a certificação plena (OEA-Pleno) para empresas que optarem pela habilitação conjunta nos módulos Segurança e Conformidade. O Módulo OEA-Integrado teve sua fase piloto lançada em dezembro de 2016 e aguarda-se o início da fase de produção para o primeiro semestre de 2017, considerando controles exercidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária

e Abastecimento (MAPA). Também em 2016, ocorreu a assinatura do primeiro Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) de OEA pelo Brasil com o Uruguai.



Prioridades para 2017

- 1. Portal Único de Comércio Exterior:** manter apoio para a plena implantação do Portal Único de Comércio Exterior em 2017, de acordo com o orçamento, prazo e escopo planejados; e trabalhar para promover a plena integração dos órgãos anuentes ao Portal.
- 2. Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado:** apoiar a negociação de ARMs de OEA com países e blocos prioritários, incluindo Estados Unidos, Japão, União Europeia e membros do Mercosul; e apoiar a integração de outros órgãos anuentes do comércio exterior brasileiro no programa, sobretudo a ANVISA.
- 3. Mapeamento de encargos, taxas e contribuições:** realizar levantamento do universo de encargos, taxas e contribuições arrecadados pelos órgãos anuentes do comércio exterior brasileiro que incidem sobre as importações e exportações de bens.
- 4. Coleta única de encargos e taxas:** defender criação de um sistema de coleta única de pagamentos de encargos e taxas aplicadas no comércio exterior brasileiro no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior.
- 5. CONFAC:** representar e defender a agenda prioritária do setor empresarial em matéria de facilitação de comércio no CONFAC, prioritariamente para contribuir com a implementação das disciplinas do AFC.

Barreiras em Terceiros Mercados

Ao longo das últimas décadas, as barreiras tarifárias impostas pelos governos aos fluxos de comércio vêm se reduzindo, em função de decisões unilaterais e de acordos preferenciais. Embora ainda haja tarifas significativas, especialmente em bens agrícolas, agroindustriais e para alguns segmentos da indústria, novos tipos de barreiras não tarifárias têm se difundido, com destaque para as técnicas, sanitárias e fitossanitárias, e aquelas associadas à difusão de padrões e regulamentos (públicos e privados) de cunho ambiental e social.

As empresas têm dificuldade para identificar as barreiras não tarifárias e também os órgãos de governo aos quais levar seus pleitos relacionados às barreiras identificadas. Além disso, é muito baixa a taxa de resolução dos problemas identificados e levados ao governo brasileiro.

As negociações em torno da convergência regulatória de padrões e regulamentos em diferentes esferas setoriais vêm gerando bons resultados no tratamento de barreiras (reais e potenciais) ao comércio. Esse processo já está em curso, por exemplo, em tratativas sobre convergência regulatória entre Brasil e Estados Unidos.

O destaque em 2016 foi o ganho de relevância da participação do Brasil em contenciosos na OMC, tendo o Brasil solicitado a abertura de três painéis, para questionar barreiras a produtos agrícolas (açúcar e carne bovina) e a industriais (aço). Em âmbito bilateral, o Brasil também vem contestando a imposição de medidas de defesa comercial, tal como as medidas antidumping (papel) e compensatórias (aço), adotadas pelos Estados Unidos, assim como tem discutido a questão de acesso a mercados em mecanismos governamentais bilaterais (comissões mistas, diálogos, etc).

Em contrapartida, o Sistema de Monitoramento de Barreiras pelo governo brasileiro, previsto no Plano Nacional de Exportações 2015-2018, não teve seu lançamento realizado em 2016. A ferramenta seria de grande utilidade para instituição de um processo de identificação e monitoramento das barreiras às exportações brasileiras pelos diferentes órgãos do setor público e por empresas e entidades setoriais. Os mecanismos governamentais bilaterais devem manter a abertura iniciada para discutir temas de acesso a mercados levados pelo setor privado, buscando tornarem-se mais efetivos.



Prioridades para 2017

- 1. Sistema de Monitoramento de Barreiras:** apoiar a criação e o lançamento ao público, pelo governo brasileiro, de um sistema de monitoramento e tratamento de barreiras às exportações e aos investimentos em terceiros mercados.
- 2. Sensibilização do setor privado para identificação de barreiras externas:** fortalecer o conhecimento das entidades setoriais da indústria sobre barreiras comerciais e investimento com intuito de identificar barreiras em terceiros mercados, por meio, por exemplo, da disseminação do manual de barreiras.
- 3. Barreiras na China, Estados Unidos e União Europeia:** operacionalizar iniciativas para remover barreiras prioritárias identificadas a partir dos estudos (no marco do convênio com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex-Brasil) sobre barreiras comerciais na China, Estados Unidos e União Europeia.
- 4. Cooperação regulatória:** estimular a ampliação de iniciativas de cooperação regulatória, incluindo novos setores na agenda bilateral com os Estados Unidos e iniciando o processo nas relações com a União Europeia.

5. **Preocupações Comerciais Específicas na OMC:** apoiar e incentivar o governo brasileiro no sentido de fazer melhor uso dos comitês dos acordos de barreiras técnicas (TBT), de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) e do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias (ASCM), incluindo o uso de “preocupações comerciais específicas” para a solução de controvérsias entre os países.
6. **Contenciosos na OMC:** monitorar ativamente os contenciosos que o Brasil é parte demandada ou demandante por meio da articulação entre os setores público e privado, incluindo a realização de *briefings*.
7. **Mecanismo de petição privada ao governo:** elaborar recomendações para a criação de mecanismo legal que permita ao setor privado peticionar junto ao governo brasileiro no sentido de investigar barreiras identificadas em mercados externos.
8. **Adidos de indústria e comércio:** reforçar a proposta de criação da função de adidos de comércio e indústria em mercados prioritários.
9. **Mecanismos governamentais bilaterais:** trabalhar para incluir os pleitos de superação de barreiras às exportações e aos investimentos nos diálogos bilaterais coordenados pelo governo brasileiro para os mercados prioritários.
10. **Grupo de Trabalho em barreiras na CAMEX:** apoiar a criação de um grupo de trabalho em barreiras (GT barreiras) na CAMEX com o intuito de aprimorar a coordenação do tema no âmbito governamental.

Tributação no Comércio Exterior

A Agenda Internacional da Indústria neste tema se desenvolve em dois eixos. O primeiro diz respeito à desoneração tributária das exportações, cujo interesse central da indústria tem sido a adoção de medidas que evitem a acumulação de créditos tributários de exportação e a melhoria de regimes aduaneiros para ampliação do número de empresas beneficiadas e a simplificação e desburocratização de procedimentos associados a tais regimes.

Na atual conjuntura, não se deve esperar avanços significativos na mobilização de instrumentos que geram impactos fiscais. Mas isso não impede que se avance no aprimoramento de regimes através de simplificação de procedimentos e flexibilização de mecanismos em vigor.

O principal avanço nesta área em 2016, presente no pacote de estímulo econômico lançado em dezembro, foi a previsão da possibilidade de compensação de créditos tributários federais de exportação com débitos tributários previdenciários, demanda antiga do setor industrial. Além

disso, houve manifestações de autoridades brasileiras sobre a recomposição da alíquota do Regime especial de reintegração de valores tributários para empresas exportadoras (REINTEGRA) para 2% em 2017.

O debate sobre créditos acumulados do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não se fez presente na pauta das autoridades fiscais do Brasil em 2016 e não parece haver perspectivas para sua inclusão no curto prazo.

O segundo eixo de atuação da Área Internacional da CNI na temática tributária diz respeito às distorções no sistema de tributação aplicável à importação e exportação de serviços e seus impactos sobre a competitividade. Tais distorções geram tanto uma elevada carga tributária nas operações quanto dificuldades de recuperação de tributos na cadeia. Esse tema, no entanto, não teve nenhum encaminhamento em matéria de política pública em 2016.



Prioridades para 2017

- 1. Compensação de créditos tributários provenientes da exportação de bens:** atuar junto ao governo para alterar o Decreto-Lei 2.287/86 e a Lei 11.457/07, com vistas a permitir a compensação dos créditos tributários federais (Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, Programa de Inserção Social – PIS, e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social – COFINS) por meio de débitos das contribuições previdenciárias, cumprindo o previsto no pacote de estímulo de 2016.
- 2. REINTEGRA:** atuar junto ao governo brasileiro para assegurar o cumprimento do cronograma de escalonamento da alíquota do REINTEGRA, conforme estabelecido no decreto Nº 8.543/2015 (alíquota de 2% em 2017 e 3% em 2018).
- 3. Tributação na importação de serviços:** disseminar junto à RFB o estudo que compara carga tributária nas importações de serviços do Brasil com países selecionados; defender a simplificação, transparência e redução da carga tributária nas importações de serviços; e prever a ampliação da suspensão de tributos incidentes na importação de serviços no regime de *drawback* ou em algum instrumento equivalente.
- 4. Recuperação de créditos tributários nas exportações de serviços:** defender a criação de programas que permitam a recuperação integral de créditos tributários relativos às exportações de serviços (Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, PIS, COFINS e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN).
- 5. Drawback:** defender a inclusão do ICMS na modalidade de *drawback* integrado e a ampliação do acesso ao mecanismo, bem como a instituição da modalidade do *drawback* contínuo; e desenvolver diagnóstico e recomendações para ampliar acesso e simplificar o regime de *drawback*.

- 6. Custo de descarga nacional de mercadoria na base de cálculo do Imposto de Importação:** atuar junto à RFB para retirar o custo de descarga nacional de mercadoria da composição do valor aduaneiro na base de cálculo do Imposto de Importação (II).

Financiamento e Garantias às Exportações

O sistema brasileiro de financiamento e garantias para as exportações cumpre papel relevante para alavancar exportações de alto valor agregado. Um exemplo é o PROEX Equalização, em que a cada US\$ 1 desembolsado pelo programa gerou outros US\$ 19 em exportações (dados de 2015 e 2016).

A oferta de linhas de financiamento às exportações pelo mercado (ACC e ACE) é, em geral, adequada e o sistema de financiamento público às exportações foi gradualmente reorganizado com base nas linhas do BNDES Exim (pré e pós-embarque) e do PROEX (equalização e financiamento). Nesse âmbito, as lacunas mais importantes são imprevisibilidade orçamentária do PROEX e dificuldades de acesso de pequenas e médias empresas.

Entretanto, na área de garantias, o quadro vigente é diferente, sendo a limitação dos instrumentos e sua complexa governança os obstáculos centrais. O sistema é fragmentado tanto em seu fluxo operacional quanto em seu processo decisório. Além disso, exportações que dependem de financiamento (pós-embarque) com prazos mais longos – caso de bens de capital e aeronaves – se ressentem da limitação ou ausência de mecanismos utilizados pelos principais competidores, como a garantia incondicional para exportações com financiamento de bancos, captação no mercado de capitais ou o financiamento e garantia a gastos locais.

Em 2016, poucas alterações normativas aconteceram, embora dois pontos relevantes tenham sido alvos de melhoria – presentes no Projeto de Lei de Conversão nº 7 –, qual seja, a possibilidade de co-garantias feitas por agências estrangeiras de crédito à exportação e a inclusão de outras instituições de crédito habilitadas para contar com resseguro da União. Apesar disso, a previsão de ampliação da atuação do FGE para atender investimentos brasileiros no exterior foi vetada.

Em que pese a atual conjuntura de maior restrição fiscal, pode haver espaço para progredir em questões importantes do sistema brasileiro de financiamento e garantias, sobretudo relacionados à institucionalidade do sistema e à desburocratização de sua gestão operacional.

No plano internacional, em 2016, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), criado pelos países do BRICS para mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, aprovou os seus primeiros empréstimos para projetos de energias renováveis, e publicou o primeiro conjunto de políticas (Política sobre Empréstimos com Garantia Soberana;

Política sobre Empréstimos sem Garantia Soberana a Intermediários Financeiros Nacionais; e Política sobre Parcerias com Bancos de Desenvolvimento Nacionais).



Prioridades para 2017

- 1. Sistema de financiamento público:** defender revisão de procedimentos do BNDES exim pós-embarque para reduzir o tempo de aprovação; fomentar à atuação conjunta do BNDES e ABGF para atrair bancos comerciais ao financiamento de exportações de médio e longo prazos; defender a flexibilização do índice de nacionalização das linhas; e defender o tratamento igualitário para aprovação de financiamento a exportações *intracompany* no PROEX Equalização em relação às demais operações.
- 2. Sistema de garantias:** defender a revisão de procedimentos do FGE para reduzir o tempo de aprovação das garantias; ampliação do portfólio de produtos da ABGF conferindo maior atenção ao desenvolvimento de operações estruturadas; defender a implementação, pela ABGF, de uma política de parcerias com agências de crédito à exportação de outros países e com seguradoras privadas no âmbito do desenvolvimento de operações de co-financiamento e co-seguro às exportações; defender a aceitação, nas operações do FGE, de apólice de garantia incondicional.
- 3. Institucionalidade do sistema:** defender redefinição das atribuições do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), para estabelecer diretrizes estratégicas sem participar de decisões operacionais; defender a atribuição à ABGF da responsabilidade de gerir o sistema de seguro de crédito, como entidade operacional autônoma; defender a reformulação da governança do PROEX, dando autonomia ao Banco do Brasil no processo de aprovação das operações de financiamento e equalização; e defender a criação de subsidiária do BNDES com a autonomia para construir processo de aprovação, documentação e avaliação próprio, considerando as especificidades do financiamento.
- 4. Novo Banco de Desenvolvimento:** elaborar estudo para analisar documentos e políticas do Novo Banco de Desenvolvimento com o intuito de propor recomendações tendo em vista a importância da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável do país.

Defesa Comercial

O regime de defesa comercial no Brasil vem sendo aperfeiçoado nos últimos anos, a partir de intenso diálogo entre o governo e o setor privado, com a participação ativa da CNI nos canais de consulta estabelecidos para esse fim pela SECEX do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

A reação do governo, estimulada pelas iniciativas de defesa de interesses levadas pelo setor industrial, se deu sob a forma de ampliação dos quadros técnicos do Departamento de Defesa Comercial (DECOM) da SECEX e de modernização das normas brasileiras, como a revisão do Decreto Antidumping ainda em 2013. Como resultado, observou-se maior celeridade na condução das investigações de dumping e na aplicação de direitos provisórios.

Apesar disso, os últimos anos, em especial o ano de 2016, trouxeram alguns desafios que preocupam a indústria brasileira, principalmente no que se refere à governança e segurança jurídica do sistema de defesa comercial brasileiro. O ponto central de preocupação diz respeito a conflitos de interpretações, recém dirimido pela Advocacia-Geral da União (AGU), de consultorias jurídicas de diferentes ministérios em relação à aplicação da recomendação do DECOM aos Ministros da CAMEX. O resultado traz maior previsibilidade ao manter o sistema que vigorou nos últimos anos.

Além disso, não houve em 2016 as esperadas publicações de duas normativas: uma para facilitar a abertura e flexibilizar exigências para que indústrias de setores fragmentados possam cumprir prazos e reunir informações em processos antidumping; e o novo decreto que disciplinará as investigações em medidas compensatórias.

Em relação ao tema de China como economia de mercado, houve avanço já que o entendimento das autoridades parece ser de que a mudança a partir de dezembro de 2016 será relacionada à inversão do ônus da prova e não a um reconhecimento automático. Há, no entanto, dúvidas sobre como serão os procedimentos adotados pelo Brasil em relação a como a inversão se dará na prática nos processos antidumping contra produtos originários da China a partir de 2017.

Por fim, no período recente o Brasil passou a ser crescentemente alvo de medidas de defesa comercial aplicadas contra seus exportadores. Em 2012 eram 12 medidas antidumping aplicadas contra o Brasil, número que subiu para 31 em 2015. Essa tendência deve se manter em 2017, o que demandará a continuidade do apoio governamental aos exportadores e ações coordenadas entre a indústria e a autoridade investigadora brasileira.



Prioridades para 2017

1. **China como economia de mercado:** monitorar o tema junto aos órgãos pertinentes do governo brasileiro e produzir informação qualificada ao setor industrial sobre alterações procedimentais relacionadas à mudança do ônus da prova nos processos antidumping que envolvem a China como alvo da investigação.
2. **Segurança jurídica nas investigações de processos antidumping:** agir para garantir a manutenção da prerrogativa de recomendação da aplicação de direitos antidumping no DECOM; e garantir o respeito aos procedimentos referentes à análise de questões no âmbito do Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público (GTIP).
3. **Medidas compensatórias:** trabalhar pela publicação e entrada em vigor do novo decreto que disciplina as medidas compensatórias, contendo os principais pontos previstos no documento de resposta à consulta pública desenvolvido pela CNI e associações industriais em 2014.
4. **Antidumping para indústrias fragmentadas:** entregar o posicionamento do setor industrial para influenciar na elaboração do texto da norma referente a regras específicas do tratamento a ser concedido aos setores fragmentados nos procedimentos de antidumping.
5. **Apoio aos exportadores brasileiros:** defender os interesses das empresas exportadoras afetadas por investigações e medidas de defesa comercial aplicadas por outros países, acompanhando e apoiando, na medida do possível, os setores afetados.

Logística e Infraestrutura do Comércio Exterior

Os temas relacionados à logística e infraestrutura vêm ganhando cada vez mais destaque entre os pleitos defendidos pela Área Internacional da CNI. O assunto é um dos pontos prioritários da agenda de trabalho do FCE e também apareceu de forma marcante na pesquisa “Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras”, de 2016.

Nessa área, vários são os fatores que mitigam o potencial e a eficiência do comércio exterior brasileiro. Um exemplo atual e bastante preocupante é a proliferação de taxas, adicionais e outras despesas cobradas nos portos e no transporte marítimo, quase sempre abusivas e pouco transparentes.

No tocante à infraestrutura, a condição dos acessos marítimos é um dos problemas que persiste e penaliza há anos a competitividade da maioria dos portos brasileiros. Obras de dragagem do canal de navegação, das bacias de acesso aos berços ou dos locais de atracação, via de regra, não ocorrem na velocidade e com a qualidade necessária para a superação dos problemas com a manutenção ou aprofundamento do calado dos portos.

Outro problema que se destaca na área é o das omissões de embarque, que ocorrem quando a escala de navio programado para determinado porto não ocorre. Como consequência, a carga que deveria ser transportada não chega ao seu destino final, permanecendo retida no porto. Nesses casos, os embarcadores têm custos adicionais pelo aluguel de contêiner e pelo tempo de armazenagem no terminal portuário.

Apesar das dificuldades, alguns avanços foram percebidos na área de logística e infraestrutura no ano de 2016, tais como a incorporação da Secretaria de Portos ao Ministério dos Transportes; a aprovação da Lei nº 13.334/2016, que criou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI); a redução da participação da Infraero nas novas concessões aeroportuárias que integram o PPI; a prorrogação do prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) nas navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre; e a autorização de construção e exploração de 17 Terminais de Uso Privado (TUP), apenas em 2016, a partir das disposições da nova Lei dos Portos (Lei 12.815/2013).



Prioridades para 2017

- 1. Tarifas e taxas cobradas por portos e armadores:** realizar levantamento do universo de tarifas e taxas cobradas pelos armadores e terminais portuários (públicos e privados) que incidem sobre as exportações e importações de bens e propor uma agenda de recomendações.
- 2. Acesso marítimo aos portos:** realizar diagnóstico sobre o cumprimento dos planos de investimento governamental para aumento do calado de portos selecionados e propor agenda de recomendações.
- 3. Integração logística na América do Sul:** a partir do documento da CNI “Desafios para integração logística na América do Sul”, construir um posicionamento a partir da análise dos avanços e retrocessos nos projetos logísticos prioritários e na agenda de integração logística geral do subcontinente.
- 4. Omissões de embarque:** realizar levantamento e propor soluções para atenuar a situação atual das omissões de embarque em portos brasileiros selecionados.
- 5. Concentração de mercado de navegação:** realizar diagnóstico do processo de concentração e fusão das empresas de navegação do setor de contêineres e analisar as consequências para o comércio exterior brasileiro; e verificar a experiência internacional e propor agenda de recomendações para o Brasil.
- 6. Tarifa de inspeção não invasiva de contêineres:** defender a eliminação da tarifa reforçando o entendimento de que a tarifa de escaneamento de contêineres (inspeção não invasiva) já está incluída na cesta de serviços praticada pelos terminais portuários e paga pelos exportadores.

Serviços de Apoio à Internacionalização de Empresas



A CNI, na área de serviços de apoio à internacionalização de empresas, tem o papel de articular, em nível nacional, a estratégia de atendimento empresarial, promover a inserção internacional de empresas e gerir o portfólio de serviços de internacionalização. Para tanto, a CNI coordena a Rede CIN, responsável pela oferta destes serviços à base empresarial.

Os Centros Internacionais de Negócios (CINs), presentes em cada uma das Federações de Indústrias estaduais e do Distrito Federal, realizam atendimento direto às empresas brasileiras, de todos os portes, com o objetivo de assegurar sua atuação competitiva e sustentável no mercado internacional. A CNI, em parceria com os CINs, apoia a definição de prioridades setoriais e de mercados internacionais assim como gere as parcerias com entidades nacionais e internacionais com objetivo de potencializar a oferta de serviços de apoio à internacionalização oferecidos pela Rede CIN.

Ao longo de 2016, a Rede CIN e a Área Internacional da CNI consolidaram a prestação desses serviços no modelo de “esteira de internacionalização”, de acordo com o qual qualquer empresa, de qualquer porte, setor ou região, pode acessar, por meio do CIN de seu estado ou do Distrito Federal, a solução que melhor corresponda ao seu plano de negócios e a sua maturidade para a atuação no mercado internacional.

O conceito de “internacionalização” utilizado pela Rede CIN e a Área Internacional da CNI é amplo e não está restrito apenas à etapa mais sofisticada de operação no mercado internacional, que é a produção no exterior. Para os CINs, internacionalização é qualquer vinculação da empresa brasileira ao mercado internacional, incluindo a realização de operações de importação e exportação, a busca de parceiros internacionais e a atração de investimentos. As ações prioritárias apresentadas a seguir são elaboradas a partir desse conceito.

Assessoria e Consultoria

Os desafios enfrentados pelas empresas aumentam de complexidade à medida que elas tornam-se mais atuantes no comércio exterior e incorporam estratégias mais ousadas de internacionalização em seu modelo de negócios. Nesse sentido, identifica-se a relevância de que estejam disponíveis aos empresários serviços que atendam transversalmente às necessidades de apoio em suas atividades de comércio exterior. Assim, as empresas poderão ser incentivadas a olhar o mercado externo de uma maneira mais confiante e enfrentar esses desafios de maneira mais competitiva do que seus concorrentes internacionais, aumentando suas chances de sucesso.

O portfólio de serviços de assessoria e consultoria prestados pela Rede CIN está organizado em duas linhas principais. A primeira é o serviço de assessoria de curta duração, voltado ao atendimento à empresa, por telefone, e-mail ou presencial, com o objetivo de esclarecer dúvidas pontuais e orientar suas operações internacionais. A segunda é o serviço de consultoria, para o atendimento customizado, visando auxiliar as empresas na resolução de problemas e gargalos específicos, apoiar a construção de estratégias de acesso ao mercado externo, oferecer informações específicas sobre mercados potenciais, orientar etapas da operação comercial e aduaneira e prestar auxílio na consolidação da atuação internacional.

Em 2016, a quantidade de empresas exportadoras atingiu um número recorde histórico no Brasil, chegando a 25.541. Esse número representa um aumento de 8,5% com relação ao ano anterior, ou um acréscimo de quase duas mil novas empresas exportando, sendo que, dos novos exportadores, cerca de 90% exportaram manufaturados. Esses dados refletem uma demanda potencial para os serviços de assessoria e consultoria prestados pela Rede CIN, endossando a importância do tema na Agenda Internacional da Indústria.



Prioridades para 2017

- 1. Plano de Negócios de internacionalização:** desenvolver e implantar um modelo de Plano de Negócios para empresas iniciantes no processo de internacionalização, assim como desenhar processos para organizar o atendimento de empresas. A estruturação do novo serviço será viabilizada pelo Programa AL-Invest 5.0, da Comissão Europeia. O documento utilizará as informações coletadas nos diagnósticos empresariais e servirá para apontar os desafios a serem superados, recomendar soluções do portfólio de serviços da Rede CIN e gerar um documento para acompanhar a evolução da empresa no alcance de seus objetivos internacionais.
- 2. Apoio na adequação de produtos e processos para internacionalização:** desenvolver parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para realizar serviços de consultoria dirigida à adequação de produtos e processos para internacionalização.
- 3. Assessoria em normas de origem:** desenvolver e implantar modelo de atendimento às empresas para utilização e interpretação das normas de origem na emissão do certificado de origem, facilitando a exportação de produtos brasileiros.
- 4. Assessoria em exportação e admissão temporária:** desenvolver e implantar modelo de orientação às empresas exportadoras, associações empresariais e profissionais autônomos sobre os benefícios da utilização do documento para exportação temporária, o ATA Carnet. No caso da admissão temporária, as assessorias serão dirigidas às garantidoras estrangeiras para emissão de documentos necessários para entrada, no Brasil, dos bens de seus países.

Capacitação e Sensibilização Empresarial

A Pesquisa “Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras”, publicada pela CNI em 2016, identificou a qualificação dos responsáveis pelas exportações como o terceiro maior entrave interno às empresas. Além disso, 33% das empresas já exportadoras identificaram as capacitações em comércio exterior como o serviço mais relevante de apoio à internacionalização.

A capacitação de empresas e profissionais envolvidos em temas de comércio exterior é um dos grupos de atividade mais demandados no atendimento prestado pela Rede CIN. O portfólio de produtos ofertados contempla atividades presenciais de capacitação empresarial, como palestras e cursos, ensino à distância (EAD) e outras ações relevantes como eventos educativos relacionados à internacionalização (*workshops*, oficinas, seminários e *roadshows*).

Em todas as atividades de capacitação e sensibilização empresarial, o foco é a geração de competências para as empresas em processos e procedimentos do comércio internacional. Para realizar essas ações, a Rede CIN e a Área Internacional da CNI contam com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Em 2016, as pequenas empresas tiveram uma participação significativa no crescimento do número de exportadores. De acordo com o MDIC, o maior crescimento entre 2015 e 2016 foi observado no grupo de empresas menores, com exportações anuais de até US\$1 milhão (11% de aumento). No último ano, as empresas que exportaram até essa faixa de valor representaram três quartos do total de exportadores.

Essas empresas possuem grande potencial de expandir suas vendas ao exterior e, para tanto, necessitam de serviços de capacitação e aprimoramento constante de seus executivos e corpo técnico para garantir sua estratégia de internacionalização. Essa necessidade é ainda mais latente nas empresas que ainda não exportam, mas que têm essa perspectiva e estão iniciando seu planejamento para tanto.



Prioridades para 2017

1. **Capacitações empresariais transversais em internacionalização:** desenvolver o conteúdo e realizar capacitações com foco no planejamento dos processos de exportação e importação, contemplando aspectos comerciais, de preparação e de operação em comércio exterior (ex: exportação passo a passo, marketing internacional, formação de preço, etc.).

- 2. Capacitações empresariais específicas em internacionalização:** desenvolver o conteúdo e realizar capacitações empresariais com foco em setores ou mercados prioritários (ex: adequação de embalagem e rotulagem para o setor de alimentos nos Estados Unidos).
- 3. Capacitações empresariais sobre temas estruturantes do comércio exterior:** desenvolver o conteúdo e realizar capacitações com foco em temas estruturantes do comércio exterior (ex: barreiras às exportações, acordos comerciais, financiamento, etc.).
- 4. EAD:** construir a metodologia e disponibilizar cursos à distância, voltados à internacionalização das empresas brasileiras, através de plataformas educativas e interativas, tornando ainda mais acessível o acesso às informações dos temas de grande demanda.
- 5. Manual de capacitação empresarial:** estruturar o portfólio de capacitação empresarial, conforme demanda mapeada junto a indústrias, com objetivo de harmonizar a oferta realizada pela Rede CIN e permitir atendimento de demandas em todo o país. Além do processo para oferta de cursos diferenciados, está previsto o alinhamento de conceitos sobre tipos de capacitação, metodologias aplicadas e material de suporte para as atividades nacionais.
- 6. Parceria com o SEBRAE:** fortalecer atuação com o SEBRAE para promover ações de capacitação dirigidas às micro e pequenas em seu processo de preparação para atuação internacional.

Inteligência Comercial

A Pesquisa “Desafios à Competitividade das Exportações” indicou que 59,8% das empresas exportadoras consideram os estudos e pesquisas de inteligência comercial como um dos serviços de apoio à internacionalização mais relevantes para agregação de valor em suas operações internacionais. Esse serviço só perde em relevância para as ações de promoção de negócios, que ocupam o primeiro lugar no ranking.

Os serviços de inteligência comercial da Rede CIN consistem na oferta de estudos de perfis de mercado, utilizando bases de dados e sistemas de informação específicos de comércio

internacional. Essas informações têm o objetivo de auxiliar a empresa, em geral de pequeno e médio porte, na tomada de decisão sobre a internacionalização do seu negócio.

Para que uma pequena empresa possa realizar estudos de mercado para seu produto específico é fundamental que sejam de baixo custo e individualizados. Os estudos devem apresentar informações relevantes para apoiar a elaboração da estratégia de internacionalização da empresa, bem como o mercado de destino das exportações, o preço para venda no mercado internacional, barreiras tarifárias e não tarifárias existentes, perfil dos principais clientes, tendências e perspectivas de futuro, entre outros.

De acordo com dados do MDIC, em 2016, a metade das exportações do Brasil em termos de valor ficou concentrada em apenas dezessete produtos (em linhas da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM). A concentração da pauta exportadora do país é uma característica já conhecida e que não vem se alterando de forma significativa recentemente. Nos últimos cinco anos, a pauta teve 50% do seu valor concentrado em menos de vinte produtos.

Os serviços de inteligência comercial são relevantes para ajudar a incrementar e diversificar as exportações, na medida em que possibilitam às empresas a identificação de oportunidades comerciais para seus produtos no exterior, bem como a definição de estratégias sustentáveis de inserção internacional.

Diante desse contexto, em 2017 será ampliada a oferta de serviços de inteligência comercial pela Rede CIN no Brasil, buscando maior transformação da base industrial em empresas efetivamente exportadoras e a ampliação da pauta de exportações do País.



Prioridades para 2017

- 1. Soluções em inteligência comercial:** assegurar a oferta de produtos de inteligência comercial em, pelo menos, 20 federações de indústrias, por meio de seus CINs, com objetivo de garantir requisitos de qualidade e eficiência no atendimento das demandas empresariais. Também, está prevista a revisão periódica do portfólio nacional de Inteligência comercial de modo a garantir serviços relevantes e inovadores às empresas.
- 2. Ferramentas e bancos de dados:** disponibilizar ferramentas e bancos de dados para a Área Internacional da CNI e a Rede CIN com o objetivo de apoiar a execução dos serviços de inteligência comercial.
- 3. Geração e publicação de conteúdo:** gerar conteúdo de inteligência comercial para subsidiar as ações da Área Internacional da CNI e da Rede CIN; publicar, por meio

de cartilhas conteúdos relevantes de circulação nacional, incluindo a manutenção dos boletins sobre temas e mercados prioritários.

- 4. Pesquisa dos Desafios à Competitividade das Exportações:** planejar e executar as ações para a realização e publicação da próxima edição da pesquisa sobre os entraves às exportações brasileiras no primeiro trimestre de 2018, com objetivo de assegurar alinhamento das ações de defesa de interesses e oferta de serviços pela CNI e pela Rede CIN.

Promoção de Negócios

Um dos grandes desafios do comércio exterior é conseguir maior visibilidade, percepção de valor e competitividade para empresas e produtos no mercado internacional. Para que o Brasil possa alavancar a sua participação nos fluxos globais de comércio, atualmente de 1,2%, é fundamental que além de se buscar avanços em fatores estruturais e sistêmicos, entidades de apoio ao comércio internacional e os empresários brasileiros estejam juntos em prol da promoção de negócios com importadores e investidores estrangeiros, de maneira consistente e contínua.

Ações de promoção de negócios visando o mercado externo geralmente têm custos expressivos e demandam apoio ou know-how específicos. A possibilidade de acesso à informação e oportunidades para a realização de negócios fazem com que ações desta natureza despertem grande interesse na maior parte dos empresários interessados em fazer negócios além das fronteiras. Para muitas empresas iniciantes, em especial as micro e pequenas empresas (MPEs), sua participação neste tipo de ação só é viável tendo em vista o apoio técnico e financeiro das entidades envolvidas.

A pesquisa “Desafios à competitividade das exportações brasileiras” apontou que 62,5% das empresas consideram as ações de promoção de negócios as mais relevantes no que tange ao apoio à internacionalização das empresas. Em terceiro lugar (45,6%) na mesma pesquisa, o estudo aponta a importância das ferramentas de divulgação de oportunidades comerciais.

Assim como acontece na pauta de exportações, também há uma considerável concentração nos destinos das nossas vendas externas. A pesquisa mencionada anteriormente apontou que 64,3% das empresas exportam para até cinco países, e a maioria delas tem o mercado estadunidense como principal destino. Em 2016, segundo dados do MDIC, apenas nossos dois principais parceiros comerciais, China e Estados Unidos, absorveram quase um terço (31,5%) de nossas exportações.

As ações de promoção de negócios têm influência direta na ampliação dos mercados de destino das nossas vendas, pois viabilizam a interação de empresários brasileiros com os mais diversos *players* internacionais e possibilitam a exposição dos nossos produtos para o mundo.

Dado este contexto, as ações previstas neste grupo prioritário abrangem atividades tais como: a realização de ações de prospecção de mercados, participação das empresas em missões e visitas comerciais, rodadas de negócios e feiras internacionais, além da disseminação de ferramentas como a *Enterprise Europe Network* (EEN) e o Catálogo dos Exportadores Brasileiros.



Prioridades para 2017

- 1. Ações de prospecção de mercados:** viabilizar prospecções em mercados estratégicos para a internacionalização das empresas brasileiras e apoiá-las na participação em eventos de referência no exterior, como feiras, congressos e seminários, em setores prioritários de acordo com a demanda apresentada pela indústria.
- 2. Ações comerciais e promotoras de vendas:** promover a participação de empresas brasileiras em missões e visitas comerciais, e em encontros de negócios, seja no Brasil ou no exterior, para apoiar a concretização de negócios e a celebração de parcerias; e organizar ações comerciais de âmbito nacional, em mercados estratégicos, para potencializar os resultados dos acordos comerciais do Brasil, tanto vigentes quanto em negociação.
- 3. Identificação de oportunidades e apoio para a geração de negócios e investimentos:** identificar 30 oportunidades de negócios de empresas brasileiras, a serem compartilhadas na rede internacional gerida pela Comissão Europeia, EEN, que conecta 600 instituições de mais de 60 países; e concluir 5 acordos de parcerias entre empresas brasileiras e estrangeiras por meio da EEN.
- 4. Disseminação da oferta exportadora brasileira:** disseminar, no Brasil e no exterior, o Catálogo de Exportadores Brasileiros, ferramenta virtual de divulgação de oportunidades de parceria e comércio, disponível no Portal da Indústria.
- 5. Ações de promoção nos mercados prioritários de Acordos Comerciais:** Missões para fortalecer a abertura comercial em países considerados estratégicos para o Brasil e para estimular as negociações bilaterais. Serão realizadas ações estratégicas nos países com os quais o Brasil celebrou ou está celebrando novos Acordos de Cooperação, incluindo Encontros de Negócios e visitas de benchmarking.
- 6. Parceria com a Apex-Brasil:** fortalecer atuação com a Apex-Brasil para realização de iniciativas conjuntas de promoção de negócios em mercados prioritários para indústria.

Programas de Internacionalização

É bastante comum que as empresas não exportadoras ou iniciantes neste processo tenham receio de iniciar ou dedicar-se com mais afinco ao mercado internacional. Atravessar fronteiras está longe de ser uma tarefa fácil para qualquer empresa. Permanecer atuante na exportação também requer esforços, ações coordenadas e visão de longo prazo. Dentre os principais desafios para a inserção competitiva internacional pode-se citar: a falta de informações pertinentes a mercados de interesse (ex: barreiras técnicas, características de consumo ou atuação da concorrência) e a falta de acompanhamento/orientação profissional em temas específicos (ex: negociação comercial, aspectos operacionais e burocráticos que envolvem a exportação, identificação e aproveitamento de oportunidades latentes no mercado).

O Plano Nacional de Exportações, nos seus pilares de Acesso a Mercados e Promoção Comercial tem o objetivo de ampliar a base exportadora e garantir maiores resultados de exportação em menores prazos. Para alcançar essas premissas vem sendo conduzido o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), congregando ações de sensibilização, inteligência, adequação de produtos, ações de promoção, comercialização, ou seja, englobando as principais etapas em uma estratégia de internacionalização planejada.

Em consulta anual a base industrial do Sistema Indústria (Federações, sindicatos e empresas), existe demanda para o desenvolvimento e oferta de serviços mais abrangentes, de maior duração e com fins comerciais, para que as empresas possam elaborar estratégias mais eficientes em determinados mercados alvo. Ao todo, na elaboração do Plano de Ação Setorial (PAS 2017) dos Centros Internacionais, foram consultados 254 sindicatos de 18 estados e mais de 19 setores.

Alinhado a esse esforço, a Rede CIN, com apoio da Área Internacional da CNI, pretende garantir a oferta de dois programas completos para a internacionalização, que podem ser organizadas em uma esteira de atendimento, permitindo a realização de atendimentos sistemáticos e evolutivos para as empresas com diferentes graus de maturidade no que diz respeito a sua participação no mercado internacional. As empresas que se preparam de maneira consciente para atuação internacional exportam de maneira contínua e garantem maiores volumes de vendas para o exterior, segundo o MDIC a cada 1 bilhão adicional em exportações garante-se o emprego de 50 mil funcionários.



Prioridades para 2017

1. **Programa de preparação da empresa para atuação internacional (Exporta CIN e PROSPECT):** Promover a execução de, pelo menos, 1 programa de internacionalização, fornecendo preparação completa para empresas brasileiras realizarem negócios internacionais por meio do Exporta CIN ou do Programa Prospect.

- 2. Revisão do modelo de operação dos programas de internacionalização:** Revisar o modelo de operação do serviço por meio da atualização dos processos e impressão de manuais de modo a apoiar a Rede CIN na execução qualificada dos programas de internacionalização em todos os estados.

Documentos Aduaneiros

A pesquisa realizada pela CNI e FGV/EAESP em 2016 com 847 exportadores brasileiros indica que alguns dos obstáculos de burocracia alfandegária e aduaneira que mais inconvenientes trazem ao processo de internacionalização são: excesso e complexidade dos documentos de exportação, tempo para fiscalização, despacho e liberação de produtos e exigência de documentos originais e/ ou com diversas assinaturas.

Ainda, o mesmo estudo citado, apontou que 88% das empresas indicaram que utilizam o Certificado de Origem em seu processo de venda ao exterior. No entanto, a maioria delas (61,3%) ainda utiliza o certificado emitido em papel.

Outro documento aduaneiro relevante é o ATA Carnet, com o qual a empresa pode exportar e importar bens temporariamente, sem a incidência de impostos, em 74 países. O Brasil é o primeiro país do Mercosul a aderir ao sistema – um instrumento fundamental para aumentar a participação do Brasil no comércio mundial, tendo em vista que desburocratiza os procedimentos aduaneiros, facilita a participação das indústrias nacionais em feiras e rodadas de negócios fora do país.

No ano de 2016, a Área Internacional da CNI concentrou-se em sensibilizar as empresas para alterarem a forma de emissão dos Certificados de Origem de manual para digital. A nível federal o governo brasileiro, com apoio das entidades emissoras, iniciou um projeto-piloto com a Argentina, de emissão de certificados de origem com assinatura digital, com previsão de término no primeiro trimestre de 2017. Ainda neste ano, a perspectiva é de ampliar o piloto para outros países como Chile, México e Uruguai.

Outro avanço na desburocratização do comércio exterior, que traz melhorias de manuseio, segurança e rapidez na emissão de documentos aduaneiros, foi o início da operação brasileira do ATA Carnet. Para tal, foi desenvolvida uma plataforma on-line para emissão do documento, o que torna o processo de admissão ou exportação temporária de bens mais eficiente e menos burocrático, impactando diretamente na competitividade das empresas. É necessário que haja um estímulo a adesão da Convenção de Istambul para outros países, especialmente América Latina, que o Brasil reconheça os países signatários da Convenção ATA, como EUA e Japão, e que incorpore novos anexos da Convenção.



Prioridades para 2017

1. **Certificados de origem para exportação:** disponibilizar o Sistema COD-Brasil, para emissão de certificados de origem digital, fortalecendo a migração de emissões manuais para digitais; realizar atendimento às empresas para enquadramento de normas de origem, com objetivo de agregar competitividade às exportações brasileiras e; defender, junto ao governo brasileiro, a importância dos projetos piloto de certificação digital com a Argentina, Chile, México e Uruguai.
2. **ATA Carnet para exportação temporária de mercadorias:** disponibilizar e divulgar sistema para emissão do ATA Carnet no amparo de exportações e importações temporárias de bens profissionais, esportivos e em promoção internacional; orientar empresas usuárias sobre os benefícios gerados pelo ATA Carnet; defender, junto a RFB, o aumento de abrangência do ATA Carnet para países signatários da Convenção ATA e a harmonização de procedimentos internos para aceitação do passaporte e; influenciar a adesão de novos países ao Sistema ATA Carnet, com destaque para a Argentina, Colômbia, Paraguai e Peru.

Promoção e Atração de Investimentos

Nos últimos cinco anos o Brasil manteve lugares de destaque no fluxo global de investimentos estrangeiros, alcançando o maior registro de entrada de capitais estrangeiros em 2012, com US\$ 96 bilhões, segundo dados da UNCTAD. Apesar da queda recente do volume de investimentos para praticamente todos os países da América Latina, em média 19% no último ano, o Brasil continua entre os dez principais destinos de investimentos.

De acordo com o fDi Markets², dos cerca de 200 projetos de investimentos produtivos greenfield, fusões e aquisições, realizados no Brasil no último ano, os principais setores foram software e TI, químicos, comunicação, serviços financeiros e máquinas e equipamentos.

A indústria brasileira precisa buscar de maneira proativa investimentos para os setores de maior impacto econômico e social, além de incorporar processos, modelos de gestão e tecnologias inovadoras que possam alavancar a produtividade e a competitividade brasileira. Para isso é necessário mapear e divulgar as oportunidades existentes de maior interesse para o país.

Existem oportunidades de investimentos em todas as regiões brasileiras e o investimento precisa ser promovido de acordo com a realidade de cada Estado. O setor privado precisa

2 Base de dados sobre investimentos *greenfield*.

abordar o tema de maneira organizada e coesa, considerando as dimensões continentais do país e a distribuição empresarial em todas as regiões.

O setor público a nível federal vem construindo instrumentos e organismos para tratamento do tema, como o CONINV da CAMEX e o Ombudsman de Investimentos Diretos (OID), porém ainda falta governança entre os diferentes atores para construção de uma agenda conjunta e facilitação dos investimentos de interesse ao país.



Prioridades para 2017

- 1. Oferta de serviços de apoio aos investidores estrangeiros:** estender o programa Brazil4Business para 3 novos estados, a partir da experiência acumulada até hoje em dez unidades da Federação.
- 2. Harmonização dos serviços Brazil4Business:** publicar manual com passo a passo da execução dos principais serviços de apoio ao investidor a ser operado pelos CINs, ligados às federações de indústrias estaduais.
- 3. Estratégia e foco de atuação:** definir setores prioritários e publicar estudo para atração de investimentos produtivos ao Brasil
- 4. Prospecção ativa de investidores:** apoiar as Federações de Indústrias na busca proativa de potenciais investidores para desenvolvimento da indústria brasileira, por meio de Planos de Ação individuais para cada estado.
- 5. Geração de conteúdo e conhecimentos:** Disseminar informações e conhecimentos sobre investimentos estrangeiros e capacitar, sobre boas práticas, os agentes públicos e privados que contribuem para promoção de investimentos, além de promover seminários para sensibilização e preparação empresarial para receber investimentos estrangeiros.
- 6. Coordenação público privada:** Promover a articulação conjunta do setor público e privado, por meio de parcerias com entidades nacionais e internacionais de promoção de investimentos, defender temas de facilitação de investimentos no CONINV e demais organismos de gestão de investimentos no Brasil.
- 7. Promoção e contato empresarial:** Realizar 2 missões para promoção e atração de investimentos nos principais mercados para IDE; e facilitar contato entre empresas brasileiras e estrangeiras para a geração de investimentos e parcerias, em conjunto com as ações de promoção de negócios previstas para o ano.

Prestação de Contas da Agenda Internacional da Indústria 2016



Esta seção é dedicada a apresentar um balanço aos *stakeholders* das atividades desenvolvidas pela CNI, com base nas ações prioritárias contidas na Agenda Internacional do ano anterior.

A Agenda Internacional da Indústria de 2016 – a primeira elaborada pela CNI – contou com 71 ações prioritárias distribuídas por 15 grandes temas centrais. Do total dessas 71 ações, a CNI classificou em três formas distintas conforme o grau de execução dessas atividades: i) ações realizadas; ii) ações parcialmente realizadas; e iii) ações não realizadas.

Foram no total, 52 ações realizadas (72%), 8 ações parcialmente realizadas (11%) e 12 ações não realizadas (17%). As tabelas abaixo apresentam as listas de ações em cada uma das três categorias.

Quadro 5 - Lista de ações realizadas da Agenda de 2016

#	Tema	Nome da ação prioritária
1	Acordos comerciais	México
2	Acordos comerciais	União Europeia
3	Acordos comerciais	América do Sul
4	Acordos comerciais	Mercosul
5	Acordos comerciais	Estados Unidos
6	Acordos comerciais	Outras negociações comerciais
7	Acordos comerciais	Liberalização de serviços
8	Acordos comerciais	Transparência do processo negociador
9	Investimentos brasileiros no exterior	Tributação de lucros no exterior
10	Investimentos brasileiros no exterior	Acordos para evitar dupla tributação
11	Investimentos brasileiros no exterior	Tratamento para trabalhadores expatriados
12	Investimentos brasileiros no exterior	IOF sobre aquisição de empresas

#	Tema	Nome da ação prioritária
13	Investimentos brasileiros no exterior	Financiamento aos investimentos no exterior
14	Investimentos brasileiros no exterior	ACFI
15	Investimentos brasileiros no exterior	Acordos previdenciários
16	Investimentos brasileiros no exterior	Preços de transferência
17	Facilitação e desburocratização do comércio exterior	Portal Único de Comércio Exterior
18	Facilitação e desburocratização do comércio exterior	Programa OEA
19	Barreiras em terceiros mercados	Mobilização para identificação de barreiras
20	Barreiras em terceiros mercados	Cooperação regulatória
21	Barreiras em terceiros mercados	OMC
22	Tributação no comércio exterior	Desoneração de serviços nas exportações
23	Tributação no comércio exterior	Tributação na importação de serviços
24	Tributação no comércio exterior	Zonas de Processamento de Exportações (ZPE)
25	Tributação no comércio exterior	Ressarcimento de crédito às exportações
26	Financiamento e garantias às exportações	Sistema de financiamento público
27	Financiamento e garantias às exportações	Sistema de garantias
28	Defesa comercial	Indústrias fragmentadas
29	Defesa comercial	China como economia de mercado

#	Tema	Nome da ação prioritária
30	Defesa comercial	Medidas antissubsídios
31	Mecanismos empresariais para mercados prioritários	Estados Unidos
32	Mecanismos empresariais para mercados prioritários	União Europeia
33	Mecanismos empresariais para mercados prioritários	Japão
34	Capacitação e sensibilização empresarial	Capacitação para a fase de preparação
35	Capacitação e sensibilização empresarial	Capacitação para a operação
36	Capacitação e sensibilização empresarial	Conhecimento específico sobre adequação de produtos e processos
37	Inteligência comercial	Oferta de soluções IC
38	Inteligência comercial	Geração de conteúdo pela CNI
39	Inteligência comercial	Sistema de automatização para serviços de inteligência comercial
40	Inteligência comercial	Ferramentas e bancos de dados
41	Promoção de negócios	Prospecção de mercados
42	Promoção de negócios	Ações comerciais e promotoras de vendas
43	Promoção de negócios	Utilização de plataformas e sistemas para promoção de negócios
44	Operação comercial e aduaneira	Emissão de certificados de origem para exportação
45	Operação comercial e aduaneira	Emissão de ATA para admissão e exportação temporárias de mercadorias

#	Tema	Nome da ação prioritária
46	Operação comercial e aduaneira	Barreiras existentes à exportação
47	Adequação de produtos para mercados externos	Ativação de parceiros para aumento da competitividade
48	Atração e promoção de investimentos	Estratégia e foco de atuação
49	Atração e promoção de investimentos	Prospecção ativa de investidores
50	Atração e promoção de investimentos	Geração de conteúdo e conhecimentos
51	Atração e promoção de investimentos	Atuação e estratégia conjuntas
52	Atração e promoção de investimentos	Promoção e contato empresarial

Quadro 6 - Lista de ações parcialmente realizadas da Agenda de 2016

#	Tema	Nome da ação prioritária
1	Barreiras em terceiros mercados	Estudos sobre barreiras na China, nos Estados Unidos e na União Europeia
2	Barreiras em terceiros mercados	Petição ao governo
3	Tributação no comércio exterior	Drawback
4	Financiamento e garantias às exportações	Agência de crédito às exportações
5	Defesa comercial	GTIP
6	Mecanismos empresariais para mercados prioritários	China
7	Promoção de negócios	Governança
8	Operação comercial e aduaneira	Processo de orientação para operação logística, financiamento e pagamentos

Quadro 7 - Lista de ações não realizadas da Agenda de 2016

#	Tema	Nome da ação prioritária
1	Acordos comerciais	OMC
2	Facilitação e desburocratização do comércio exterior	Coleta Única de Taxas
3	Facilitação e desburocratização do comércio exterior	Varas especializadas em comércio exterior
4	Tributação no comércio exterior	Recof
5	Assessoria e consultoria	Modelo de Atendimento e Plano de Negócio
6	Assessoria e consultoria	Certificações Internacionais
7	Capacitação e Sensibilização Empresarial	Conhecimento específico sobre certificação internacional
8	Capacitação e Sensibilização Empresarial	Conhecimento específico sobre certificação internacional
9	Operação comercial e aduaneira	Registros e sistemas públicos de comércio exterior
10	Adequação de produtos para mercados externos	Orientação para adequação
11	Adequação de produtos para mercados externos	Adequação para internacionalização
12	Atração e promoção de investimentos	Oferta de serviços de apoio aos investidores estrangeiros

Agenda Internacional da Indústria

CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade
Presidente

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – DDI

Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor de Desenvolvimento Industrial

Organizadores

Soraya Rosar, Diego Bonomo, Sarah Oliveira e Constanza Negri.

Equipe do Projeto

Fabrizio Panzini, Bruno Moraes, Felipe Carvalho, Felipe Spaniol e Leandro Barcelos.

Equipe Técnica

Aline Araújo, Camilla Mafissoni, Carolina Matos, Cleiton Felinto, Christine Ferreira, Cristhyane Martins, Cibele Uchida, Claubert Oliveira, Eduardo Alvim, Felipe Costa, Flávia Moraes, Isabella Sousa, Karla Ochôa, Luany Teles, Ludmila Carvalho, Maisa Nascentes, Michele Mamede, Michelle Queiroz, Ronnie Pimentel, Ruth Fernández, Silvia Selmi e Walter Ribeiro.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO – DIRCOM

Carlos Alberto Barreiros
Diretor de Comunicação

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda – GEXPP

Carla Gonçalves
Gerente-Executiva de Publicidade e Propaganda

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC

Fernando Augusto Trivellato
Diretor de Serviços Corporativos

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF

Maurício Vasconcelos de Carvalho
Gerente-Executivo de Administração, Documentação e Informação

Normalização

Alberto Nemoto Yamaguti

Consultorias

Cíndes Brasil
IC Brasil

Produção editorial e revisão de layout

IComunicação



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7957-119-0



9 788579 571190